UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

SABRINA LEAL DA ROSA

APRENDIZAGEM DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O CASO DA NAÇÃO HIP HOP BRASIL EM PORTO ALEGRE

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO/2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

SABRINA LEAL DA ROSA

APRENDIZAGEM DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O CASO DA NAÇÃO HIP HOP BRASIL EM PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por minha vida e pela vida de todas as pessoas que amo.
Agradeço à minha família pelo apoio incondicional nessa longa jornada acadêmica, principalmente ao meu pai, minha mãe e minha filha que não mediram esforços e me deram a coragem necessária para que eu não desistisse de meus sonhos em situações adversas.
Agradeço ao meu orientador, Dr. Marcello Baquero, pelo apoio, pelo estímulo e, principalmente, por evidenciar que nosso ofício pode de fato incidir sobre a realidade e não somente teorizar sobre ela.
Agradeço também aos meus amigos, que me motivaram constantemente e compreenderam minhas inúmeras ausências nos eventos e festividades em que foi solicitada minha presença.
Agradeço, por fim, aos meus amigos e colegas que contribuíram para que este trabalho se concretizasse: Aline Bettio, Simone Viscarra, Adriana Paz e Marcelo Guerguen.

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a ligação entre as práticas participativas em nível local vivenciadas na fase pré-adulta e a ampliação da participação política formal de lideranças da Nação Hip Hop Brasil na cidade de Porto Alegre. Parte-se da premissa de que experiências participativas em nível local exercem uma função pedagógica hábil a desenvolver atitudes psicológicas de autoconfiança que podem capacitar os cidadãos para atuarem nas esferas estatais posteriormente. Como procedimento metodológico, optou-se por entrevistas semi-abertas em profundidade para a coleta de dados e pela técnica de análise de conteúdo temático para as análises. Os resultados indicam que os processos participativos vivenciados na juventude podem, em menor ou maior intensidade, influenciar na personalidade política dos cidadãos. Embora não sejam possíveis generalizações devido à natureza do estudo, as variações comportamentais observadas pareceram estar relacionadas à intensidade de ações associativas e solidárias em nível local. Também se observou a relevância de atividades voltadas para a educação política como motivadoras da participação em nível local. Nesse contexto, este trabalho reafirma a necessidade de estímulo a práticas participativas que incluam ações visando à educação para a cidadania em países com democracias frágeis como o Brasil.

Palavras-chave: Cultura Política, Socialização Política, Participação Política, Hip Hop.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
1.1. Metodologia 9
1.2. Estrutura do Trabalho 11
2. HIP HOP: ORIGENS E DESLOCAMENTOS 12
2.1. Hip Hop no Brasil 14
3 QUADRO TEÓRICO 23
3.1. Cultura Política 23
3.2. Socialização Política 28
3.3. Participação Política 32
4. ANÁLISES DOS DADOS 39
4.1. Atores Sociais: indivíduo *versus* coletividade 39
4.2. Participação, Aprendizagem Democrática e Cidadania 42
4.2.1. Organizações Não-Governamentais 42
4.2.2. Orçamento Participativo 43
4.2.3. Movimento Negro 44
4.2.4. Participação Política Formal 46
4.2.5. Educação Política 48
4.2.6. Participação e Eficácia Política 49
4.3. Democracia Brasileira: limites e possibilidades 50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 53
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 56

1. INTRODUÇÃO

A participação política juvenil se constitui como tema de pesquisa das Ciências Sociais no Brasil desde a década de 1960, atrelando o caráter questionador e transformador da ordem social exclusivamente aos movimentos estudantis e, principalmente, aos processos que ocorriam dentro da Universidade. De fato, diversos grupos juvenis estiveram à frente das lutas pela democracia durante a ditadura militar colocando, inclusive, em risco suas vidas em nome da tão sonhada revolução anticapitalista. No entanto, o estudo da juventude enquanto categoria social não abarcou os jovens de baixa renda, que foram marginalizados e excluídos da condição juvenil (ABRAMO, 1994).

Diferentemente do Brasil, a Escola de Chicago desde os anos 20 enfocou o surgimento de grupos juvenis que viviam a maior parte de seu tempo nas ruas e fora dos ambientes institucionais (ABRAMO, 1994). Segundo Cohen (1956), a divergência entre valores transmitidos pelas escolas e o acesso a eles por parte das juventudes marginais propiciou o surgimento de *subculturas juvenis desviantes*, identificadas em discursos, atitudes e comportamentos que assumiram uma postura de resistência e inconformidade com as normas institucionais impostas (COHEN *apud* ABRAMO, 1994). Mesmo apresentando altos índices de evasão escolar, no caso brasileiro, a negação das normas vigentes somadas aos problemas sociais enfrentados cotidianamente fez com que um grupo de jovens se agregasse na busca de soluções para suas dificuldades comuns. O movimento cultural Hip Hop se caracteriza, fundamentalmente, pelo discurso contundente de inconformidade e aviltamento das normas institucionais impostas e diversas formas de engajamento comunitário para a solução de problemas locais. Entretanto, sua atuação política têm se expandido para além da comunidade.

Nessa realidade, ao mesmo tempo em que pesquisas de opinião apontam para uma descrença e apatia generalizada dos cidadãos brasileiros em relação à política institucionalizada (BAQUERO, 2003, 2008; MOISES, 2008), abarcando a população juvenil, novos espaços públicos têm surgido e agregado setores juvenis até então excluídos das arenas políticas participativas. De acordo com o relatório do estudo realizado pelo IBASE e Instituto Pólis, intitulado “Juventude e Integração Sul-Americana: caracterizações de situações-tipo e organizações juvenis”, os grupos juvenis ligados a atuações comunitárias e culturais foram um dos principais catalisadores da ampliação das políticas de juventude para além das tradicionalmente colocadas tais como educação e segurança. Esse processo, possibilitado

mediante a interlocução desses grupos com o poder público, além de orientar a construção de políticas públicas para as juventudes, possibilitou a criação de canais institucionais para a articulação de programas setoriais para as juventudes (IBASE, 2007).

Tais fatores incitam a investigar os motivos pelos quais alguns grupos juvenis qualificados como desviantes têm se inserido, paulatinamente, em espaços que anteriormente lhes causava repúdio. Com base nessa constatação, o objetivo desse estudo é averiguar a relevância das experiências associativas em nível local como influenciadoras da inserção de jovens lideranças do movimento Hip Hop nas esferas participativas institucionais. A população investigada são lideranças nacionais da Nação Hip Hop Brasil, organização política vinculada ao Partido Comunista do Brasil. Serão ponderadas, respectivamente, as trajetórias participativas dos referidos jovens, a influência das agências de socialização com as quais tiveram contato e as atitudes e comportamentos decorrentes de tais vivências.

A hipótese geral deste estudo é que experiências participativas locais podem modificar a cultura política de determinada sociedade, sobretudo quando vivenciadas na fase pré-adulta. Por meio do resgate dos principais subsídios históricos da constituição do Hip Hop brasileiro, busca-se analisar como e em que medida esses elementos influenciam o comportamento dos referidos jovens nos contextos pertinentes às decisões políticas e de que maneira isso se consolida na construção de sua cidadania. Quais fatores têm levado grupos juvenis periféricos e desviantes a participarem formalmente da política? Quais os impactos de suas experiências participativas anteriores nesses contextos? Em que medida esses grupos apresentam a autonomia necessária para manterem-se críticos mediante tais elaborações? Essas são as principais questões que norteiam o referido trabalho.

De acordo com Baquero e Prá (2007), o crescente desenvolvimento de novas formas de participação coletivas em países com grandes desigualdades sociais como o Brasil requer estudos que busquem compreender suas peculiaridades constitutivas em detrimento da reprodução de linhas de análise descontextualizadas a tais realidades. Para os autores, essa seria uma das explicações para o lento progresso da Ciência Política na busca de novas propostas teóricas para os déficits democráticos do Brasil (BAQUERO E PRÁ, 2007: 8). Assim, a relevância desse estudo reside, embora que de forma limitada, na busca da compreensão dos limites e possibilidades desse movimento cultural juvenil que atrai e dialoga com milhões de jovens das periferias dos centros urbanos.

Além disso, mesmo que a citada unidade de análise não abranja a totalidade da população brasileira pretende-se contribuir, ainda que de forma modesta, para o entendimento de uma das múltiplas disposições que compõem a cultura política do país. Se por um lado o universo estudado se mostra deficiente em relação às contribuições explicativas da estabilidade e da eficácia institucional pela perspectiva da cultura política, novas configurações surgem isoladamente e merecem atenção acadêmica, pois podem fornecer subsídios para a criação de canais de mediação efetivamente qualificados entre Estado e sociedade civil, diminuindo assim a incongruência entre procedimentos estabelecidos legalmente e baixíssimos índices de adesão por parte da população.

Em diálogo com a teoria da democracia participativa, as conquistas e limitações dos movimentos sociais e do terceiro setor também sugestionam relevância investigativa devido ao seu crescente surgimento. Nessa acepção da democracia, a participação está relacionada diretamente com o processo de tomada de decisões, implicando em uma modificação, em menor ou menor medida, das estruturas de autoridade ortodoxas (PATEMAN 1992: 94). Todavia, o atrelamento desses setores com o poder público – ocasionado principalmente pelo repasse de verbas públicas e pela decorrente configuração profissionalizada e filantrópica das ONGs – fez com que houvesse uma ampliação da separação entre a sociedade civil e a sociedade política no Estado além da já postulada pela democracia representativa (DAGNINO, 2006). Nesse contexto, diminuem as possibilidades de autonomia política da sociedade civil perante as esferas governamentais caso não existam bases sólidas de aprendizagem democrática.

Partindo do pressuposto de que uma cultura política participante é fruto de um processo educativo que se dá nas próprias práticas participativas, torna-se pertinente examinar o processo de assimilação desses conhecimentos, as agências que o mediam e os seus poderes explicativos. Os estudos sobre socialização política apontam, de uma maneira geral, para a preponderância dos conhecimentos adquiridos na infância e na adolescência como basilares da formação das atitudes e valores políticos dos indivíduos, mesmo que ocorram transformações (que podem denotar adaptações ou alternações dos costumes e procedimentos apreendidos) durante todas as etapas posteriores da vida. A investigação retrospectiva dos processos de socialização vivenciados pelas lideranças de uma das mais expressivas manifestações culturais populares pode, portanto, fornecer subsídios expressivos para o entendimento desse fenômeno peculiar. Mediante tais suposições, busca-se investigar a

seguinte questão: existe relação entre as experiências participativas comunitárias vivenciadas na fase pré-adulta das lideranças da Nação Hip Hop Brasil e sua participação política formal?

O objetivo geral desse TCC é identificar a pertinência ou não entre práticas participativas comunitárias vivenciadas na fase pré-adulta e o alargamento da participação política formal das lideranças de Nação Hip Hop Brasil de Porto Alegre, com vistas ao planejamento de mecanismos eficazes de mediação política entre a sociedade civil e o Estado. Para isto, serão aplicados os seguintes objetivos específicos:

a) Medir a influência das agências de socialização primárias e secundárias na formação das atitudes e orientações políticas das lideranças;
b) Analisar as trajetórias participativas comunitárias das lideranças em relação às suas tipificações e intencionalidades, estabelecendo uma escala de complexidade de acordo com as possibilidades de produzirem efeitos de aprendizagem democrática;
c) Identificar, a partir de suas avaliações e expectativas acerca da democracia brasileira, os principais elementos que motivam a participação política formal das respectivas lideranças.

1.1. Metodologia

Como o presente TCC busca identificar e analisar fatores que motivam a participação política de militantes do movimento cultural Hip Hop, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa. Embora diversos estudos dessa classe tenham sido feitos anteriormente, a participação política formal de *hip hoppers* não apresenta registros suficientemente esclarecedores, pois esse fenômeno tem ocorrido apenas nos últimos anos. Portanto, o caráter exploratório desse estudo se justifica por intencionar o aprimoramento das idéias desse enfoque específico, envolvendo os seguintes passos: (i) pesquisa bibliográfica: procurou-se agrupar os principais apontamentos feitos por estudos anteriores acerca das características constitutivas do Hip Hop e da cidadania negra brasileira; (ii) entrevistas com pessoas que tenham experiências práticas com o problema pesquisado: por se tratar de um fenômeno relativamente novo e pouco observado, detalhamentos sobre as vivências participativas se tornam fundamentais para as análises dos referidos dados e (iii) análises de exemplos que instiguem a compreensão dos episódios estudados: embora atuem na mesma organização, as

diferentes trajetórias percorridas condicionam peculiaridades comportamentais que podem ser confrontadas com as conceituações teóricas adotadas.

A intencionalidade da escolha dos casos estudados se fundamenta no fato dos informantes estarem profunda e diretamente envolvidos com os aspectos centrais da questão de pesquisa deste TCC. Portanto, não entrevistá-los significaria uma considerável perda para a apreensão do fenômeno analisado. Os três entrevistados possuem uma trajetória militante de aproximadamente dez anos e ocupam posição de liderança, em menor ou maior alcance, no Hip Hop e na referida organização. A escolha se deve, portanto, aos supostos nivelamentos de acúmulo participativo e de conhecimentos acerca das normas do campo político entre os entrevistados, o que permite comparações acerca de suas respostas embora possam apresentar trajetórias sociais distintas. O entrevistado A, de 37 anos, preside a organização em nível municipal, é assessor parlamentar e já ocupou cargo de Coordenador de Juventudes na Secretaria Municipal de Cultura; o entrevistado B, de 33 anos, concorreu à Câmara de Vereadores no pleito eleitoral de 2008 (2.128 votos), preside a organização em nível estadual, é membro da diretoria executiva municipal do Partido, representa a entidade no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e é assessor parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; o entrevistado C, de 31 anos, compõe a diretoria da entidade em nível municipal. Ainda que os referidos entrevistados tenham ultrapassado o perímetro de delimitação de juventude (15 a 24 anos), este trabalho objetiva medir a influência de valores adquiridos na juventude por meio de uma análise retrospectiva.

A entidade foi escolhida intencionalmente devido aos conhecimentos adquiridos anteriormente sobre sua atuação política através de observações participantes. As articulações envolveram desde questões específicas, como cursos voltados à captação de recursos públicos para atividades culturais até questões mais amplas, como a articulação de conferências, encontros e apoio às candidaturas políticas que apresentem programas condizentes com as reivindicações do movimento[1]. Por fim, a ênfase da organização na necessidade de formação política constante explicitada em seu site na internet[2] e os procedimentos didáticos empregados pelo Partido Comunista do Brasil[3] motivou a presente pesquisa.

---

[1] Um importante episódio foi a reunião política do Hip Hop no RS ocorrida em agosto de 2010, onde estiveram presentes hip hoppers do PP, PMDB, PTB, PSB, PT, além do PC do B. Na ocasião, os presentes deliberaram apoio às candidaturas de Tarso Genro e Dilma Roussef independentemente das orientações de seus respectivos partidos.

[2] Disponível em www.nacaohiphopbrasilsc.com

[3] No próprio site constam técnicas de assimilação de conteúdo, tais como fazer resumos de todos os textos lidos. Vários hip hoppers relataram informalmente não terem conhecimento de técnicas desse tipo antes de se filiarem à organização. Maiores informações em www.vermelho.org.br

Como procedimento metodológico, optou-se por entrevistas semi-abertas em profundidade para a coleta de dados e pela técnica de análise de conteúdo temático para as análises. A estratégia analítica adotada é de emparelhamento, que associa, nesse caso horizontalmente (por tema), os dados coletados. As entrevistas foram transcritas na íntegra e, posteriormente, recortadas e reagrupadas por tema para fins analíticos. As entrevistas foram feitas separadamente visando assegurar a não-influência mútua das diferentes opiniões dos entrevistados. Todos os entrevistados foram esclarecidos quanto aos objetivos do estudo, tempo de duração da entrevista e de que poderiam a qualquer momento interromper a entrevista. Os entrevistados não foram identificados por decisão da pesquisadora, tendo em vista a confidencialidade das respostas obtidas.

1.2. Estrutura do Trabalho

Após a introdução, no segundo capítulo será feito um retrospecto histórico do surgimento do Hip Hop no seu berço de origem, contextualizando a formação desse movimento cultural aos cenários políticos da época. Também a chegada do Hip Hop ao Brasil será referida concomitantemente às narrativas das especificidades do movimento negro no país para uma maior compreensão da hibridação decorrente do encontro da cidadania negra brasileira com a norte-americana. No terceiro capítulo, as categorias conceituais nas quais esse TCC se ancora serão perpassadas por elementos constitutivos da cidadania brasileira, novamente confrontados com as diferenciações concernentes à cidadania negra e estadunidense. Nesse contexto, a utilização da perspectiva multiculturalista crítica busca identificar as diferenciações basilares que condicionaram o surgimento do antagonismo entre as duas exterioridades comportamentais na inclusão do negro à sociedade. No quarto capítulo serão analisados os dados coletados referentes às atitudes, orientações, comportamentos e expectativas dos entrevistados em relação à política a partir da trajetória social participativa de cada indivíduo, suas relações com as agências de socialização e com as instituições formais de mediação política, dentre as quais o partido assume maior relevância. Por fim, no último capítulo, serão colocadas as considerações finais elaboradas de acordo com as deduções admitidas nas análises anteriores.

2. HIP HOP: ORIGENS E DESLOCAMENTOS

A cultura Hip Hop, nascida nos guetos de Nova Iorque em meados da década de 70, surge a partir da união de quatro "elementos" artísticos: o *MC* e o *DJ* (músicas), o *break* (dança) e o *graffiti* (artes plásticas). Pelo fato de suas performances decodificarem a experiência civilizada da marginalização se apropriando simbolicamente do espaço urbano, o hip hop é comumente chamado de "cultura de rua". Diversos pesquisadores identificaram que por meio da arte, os *hip hoppers* falam dos conflitos urbanos e da condição de marginalização histórica dos negros e pobres nas grandes metrópoles. Embora todas as expressões do Hip Hop expressem revolta mediante as injustiças sociais, o rap é a expressão que mais se constitui como política, pois é imbuída do poder discursivo. Devido aos objetivos já explicitados é sobre ele, portanto, que este estudo mais se aterá. O rap (*rhythm and poetry*) é a expressão de maior visibilidade do Hip Hop e agrega dois elementos: o MC (mestre de cerimônias) e o DJ (*disc jockey*). O MC narra suas crônicas numa espécie de "canto falado", sob performances obtidas pelo manuseio de dois toca-discos pelo DJ. Embora tenha surgido na Jamaica, é nos Estados Unidos que o rap se populariza e ganha visibilidade entre a população negra. Vale salientar que o "canto falado" tem a mesma importância do discurso na oralidade negra e que é a partir de sua musicalidade que a comunidade negra dos Estados Unidos consegue emergir da *plantation* (GLISSANT 1983 *apud* GILROY, 2001:162).

De acordo com Paul Gilroy[4], (2001), a música era a compensação dos escravos pela expatriação e pela sua total exclusão da sociedade política moderna. O autor defende o caráter subversivo do músico negro, o qual seria

> (...) um tipo diferente de intelectual, principalmente porque sua auto-identidade e sua prática da política cultural permanecem fora dessa dialética entre devoção e culpa que, particularmente entre os oprimidos, tantas vezes tem governado a relação entre a elite literária e as massas da população existentes fora das letras (GILROY, 2001: 165).

[4] Nas palavras de Gilroy (1993), "sob a idéia-chave da Diáspora, nós podemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geoculturais da vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem." Essas interações não são pertencentes a um passado remoto, ao contrário; o que se observa é uma intricada e dinâmica negociação das identificações étnico-raciais e a constante articulação de novas diferenças culturais, construindo culturas híbridas.

A musicalidade negra norte-americana se constrói "por fora" dos padrões estéticos estabelecidos, tendo na improvisação a sua principal característica. Assim foi com o *blues*, os *spirituals* e, principalmente, com o *jazz*, pois a partir dele é que se rompe com a padronização musical européia pautada na erudição e no rigor da execução das partituras (GEREMIAS, 2002). No entanto, alguns críticos assinalavam um crescente distanciamento desse estilo de suas raízes, que foi retomado posteriormente pelo *soul* e, principalmente pelo *funk*. De acordo com Vianna (*apud* TELLA, 1999), no final da década de 60 esse último estilo revigorou o orgulho negro através de apelos estéticos sob a palavra de ordem *"black is beautiful*" e do emprego de ritmos pesados e arranjos agressivos, intencionando excluir toda a influência branca de suas músicas. E é esse estilo específico e sua aproximação com o movimento *Black Power* que exercem as maiores influências sobre o Hip Hop, paralelamente a uma série de acontecimentos caóticos que atingiram a população negra e latina da época.

No período do surgimento do Hip Hop, os Estados Unidos passavam por uma crise política marcada pelo escândalo Watergate, que culminou na renúncia do então presidente Richard Nixon. Nesse período, muitos afro-americanos sofriam com as mazelas ocasionadas pela guerra do Vietnã. Nas eleições subseqüentes, a vitória de Jimmy Carter ocorre sem o apoio da população negra devido a uma declaração do então candidato ("Eu posso vencer essa eleição sem um único voto negro"). Posteriormente a ele, assume a presidência Ronald Reagan, que atacou severamente os direitos civis das minorias, principalmente as conquistadas por meio de políticas de ações afirmativas. Como se percebe, o Hip Hop "nasce" e "cresce" em um ambiente bastante hostil, o que foi determinante para o caráter contestador dessa cultura.

Paralelamente a isso, a substituição do sistema analógico pelo digital fez com que muitos americanos com bom poder aquisitivo substituíssem suas aparelhagens, colocando na rua os velhos toca-discos (FELIX, 2005: 65). A crescente importação e o conseqüente aumento da taxa de desemprego – que atingiu não coincidentemente os jovens afros e latino-americanos – fez com que os jovens reaproveitassem as aparelhagens obsoletas para poderem ocupar-se em um ambiente dominado pelo ócio e pela marginalidade. Nesse contexto é que as ruas passam a ser o espaço de convívio dos *hip hoppers*. Dois grandes DJs do Hip Hop, Kool Herc e Grandmaster Flash, criam técnicas e novas configurações musicais sem a necessidade de instrumentos (ibidem). Esse fato demonstra a capacidade criativa intrínseca dos *hip*

hoppers que, a partir de suas necessidades concretas reinventam as possibilidades de transformação em meio à crise social.

Com o rap surge o *break*, um estilo de dança robótica que, na verdade, simula movimentos de homens mutilados na guerra do Vietnã. O *break*, embalado ao som do rap, aparece como uma alternativa às brigas de rua pelas mãos de África Bambataa, considerado pelos *hip hoppers* como o pai do movimento por ter introduzido o caráter político às manifestações culturais (ibidem, p. 68). Bambataa, juntamente com Grandmaster Flash e Kool Herc, passam a organizar campeonatos de dança e proferir palavras voltadas para a conscientização e criticidade dos negros e latinos em relação à opressão.

Em termos filosóficos, dois grandes expoentes se destacavam: Martin Luther King e Malcon X. Enquanto o primeiro se contrapunha à opressão de forma pacífica e amorosa sob forte influência das idéias de Mahatma Gandhi, Malcon X acreditava ser mais eficaz estrategicamente despertar a "ira negra" através de acusações de serem tão racistas quanto os brancos ao aceitarem o estigma de serem menos bonitos, capazes e inteligentes do que seus opressores. Desta forma, Malcom X acreditava despertar o amor próprio dos oprimidos (GEREMIAS, 2002: 71). Além deles, o movimento *Black Panther* – orientado pelos princípios maoístas e pautado na luta pelo empoderamento dos negros norte-americanos – exerceu forte influência na formação do Hip Hop como uma contracultura denuncista e reivindicatória, o que deu mais sustentação aos embates ideológicos contidos em suas performances (ROCHA, 2001).

Embora o Hip Hop norte-americano tenha sido massivamente incorporado pela indústria cultural – implicando no abrandamento ou na extinção de seu caráter contestador –, seu legado espalhou-se pelo mundo e foi ressignificado de acordo com as culturas locais que encontrou. Passemos, portanto, a retomar o surgimento do Hip Hop no Brasil e de que maneira ele se reconfigura na realidade brasileira.

2.1. Hip Hop no Brasil

A chegada do Hip Hop ao Brasil está vinculada diretamente aos bailes *Black* que ocorriam na capital paulistana, os quais eram organizados inicialmente por entidades do Movimento Negro (MN) e agregavam fundamentalmente negros de classe média e classe média baixa. Com a chegada do rap e do *break*, paulatinamente alguns freqüentadores dos

bailes começaram a se interessar por essa expressão artística. Incorporando elementos da capoeira aos movimentos robóticos do *break*, os adeptos dessa nova modalidade de dança necessitavam de espaço para realizarem suas performances. Isso foi de encontro aos interesses dos proprietários dos bailes, pois implicava em restringir as casas de bailes a um público menor. Assim, o Hip Hop retorna às ruas (FELIX, 2005).

Entretanto, para compreender com profundidade a natureza e alcance do Hip Hop brasileiro é pertinente fazer uma retrospectiva das agremiações negras no Brasil após a Abolição da Escravatura e sua capacidade de elucidação e aglutinação dessa população específica. Como afirma Carvalho (1998), as discussões formais das idéias abolicionistas no país ocorreram apenas nos círculos religiosos da Igreja, passando diretamente, sem a inclusão da população negra, para o mundo oficial da política após a Abolição. Por não participar dos espaços de públicos de socialização, sua identidade não era sequer questionada: a integração do negro à sociedade pressupunha uma homogeneização cultural (FELIX, 2005). A primeira tarefa a ser executada, portanto, era incluir o negro à sociedade de classes, o que implicava no "branqueamento" da negritude perante a sociedade da época e na aceitação do mito gilbertiano da igualdade racial. As primeiras manifestações do MN se dão por meio de uma imprensa negra paulistana e contava com traduções de textos sobre o pan-africanismo[5], atingindo uma parcela muito restrita de afro-brasileiros (PEREIRA, 2007).

A Frente Negra Brasileira (FNB), primeira organização social e política do período pós-abolicionista, surge no início dos anos 1930 e se constitui como partido político de 1936 a 1937, quando a ditadura do Estado Novo extingue a organização e todos os partidos da época (BASTOS, 2008). Posteriormente, durante a década de 1940, o Teatro Experimental Negro (TEN), segundo Felix (2005), incorpora às lutas pela integração do negro à sociedade elementos da cultura africana, tais como a capoeira e o candomblé, para "valorizar a cultura afro-brasileira e denunciar o racismo através da arte" (DOUXAMI *apud* FELIX, 2005:40). A cultura passa a ser vista como um instrumento na luta anti-racista, mas sem referências diretas às desigualdades sociais e econômicas (idem, ibidem, 2005).

Passados dez anos da extinção do TEN, surgiram duas entidades negras: o Aristocrata Clube e o Clube 220. Nenhum desses clubes aceitava a imensa maioria da população negra,

---

5

Ideologia que propõe a união de todos os povos da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. Esse sistema de idéias foi largamente aceito pelas elites africanas da segunda metade do século XX em diante. Para maiores aprofundamentos, ler W.E.B. Du Bois e Marcus M. Garvey.

de status econômico e social aquém do permitido por tais entidades (FELIX, 2005). Além disso, essas agremiações desvincularam as questões culturais das políticas, "utilizando a arte e o lazer como simples apêndice de suas atividades políticas", mas mantendo "a luta pela construção e consolidação de uma identidade negra" através de cursos e grupos de estudos voltados ao pan-africanismo (ibidem, p. 42-43). Felix ainda narra que durante um concurso organizado pelo Clube 220 em praça pública – que contava com a presença do então representante do presidente General Ernesto Geisel, do governador e do prefeito de São Paulo –, um grupo de negros da Liga Operária exigiu a leitura de um manifesto, o qual acusava as entidades culturais de não servirem aos interesses da maior parte da população negra do Brasil. Esse grupo, posteriormente, funda o Movimento Negro Unificado (MNU), o primeiro de "esquerda" do país (PEREIRA, 2007).

As relações do MN e do Hip Hop ocorreram pontual e paulatinamente, pois, como se viu anteriormente, os objetivos iniciais daquele eram de cunho nacionalista e integracionista. As atitudes de contestação e denúncia que compõem o cerne do Hip Hop muitas vezes não podiam ser comportadas dentro das atuações das agremiações negras, pois eram demasiadamente formais e ininteligíveis para os jovens das periferias urbanas. De acordo com Andrade (1999), o Hip Hop, e principalmente o rap, permite, primeiramente, a superação das mazelas sociais enfrentadas, tais como o desemprego, os problemas enfrentados no sistema de ensino e as perseguições policiais em detrimento do discurso exclusivamente racial:

> O fato de cultivarem o rap é investir na sua auto-estima, pois o rap é uma música de origem negra, o que não significa que o conteúdo da música deva ser unicamente nessa temática; o ritmo de estilo musical por si só expressa sua origem (ANDRADE, 1999:90).

O racismo brasileiro sempre foi relativizado de acordo com a posição social ocupada em campos distintos, principalmente o campo econômico. Da Matta (1984) se refere ao preconceito racial no Brasil como sendo uma questão "de marca", enquanto que nos Estados Unidos sempre foi uma questão de "origem". Ou seja, enquanto naquele país não existem graduações de negritude, pois o discernimento que a define é cultural, no Brasil os negros podem se tornar mestiços, "morenos" ou até mesmo brancos, embranquecendo em grandeza diretamente proporcional ao status sócio-econômico. O Hip Hop brasileiro, portanto, rompe com o mito da democracia racial ao reafirmar a concepção pós-colonialista do racismo como

construção política e social e evidencia a relação entre raça e classe, sendo a primeira a modalidade na qual a última é vivida (HALL, 2003).

Retomando as considerações sobre a chegada do hip hop ao Brasil, as batalhas de *break* passaram a ocorrer nos centros urbanos, em locais de grande circulação de pessoas, pois o intuito era justamente dar visibilidade à cultura. Ali ocorreram encontros abertos, onde todos podiam participar e assistir às apresentações e treinos (FELIX, 2005; BASTOS, 2008). Ao observarem os clipes musicais vindos dos Estados Unidos para treinarem os movimentos, muitos *hip hoppers* brasileiros perceberam a sua urgência em compreender a história da diáspora negra no mundo (SILVA, 1999; TELLA, 1999). Ao mesmo tempo, sabiam que a escola não poderia dar-lhes essas respostas devido às suas vivências nesse ambiente.

De fato, muitos estudos apontam para a inexistência de políticas públicas juvenis que incorporem suas experiências vivenciadas fora do ambiente escolar, dificultando o diálogo entre os jovens e as autoridades da escola. De acordo com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*[6] (UNESCO), no caso das populações afro-descendentes, a situação se torna mais agravante pelo desconhecimento por parte dos educadores para lidarem com a temática étnico-racial e suas conseqüências. A inadequação do currículo escolar e a falta de espaços de diálogo que possibilitassem aos jovens contribuir para a formulação das soluções para seus problemas fizeram com que os *hip hoppers* desenvolvessem, por iniciativa própria, estratégias de "auto-conscientização" fora do ambiente escolar (SILVA, 1999; TELLA, 1999; ANDRADE, 1999). Esse fato foi determinante para que os jovens passassem a se reunir em nível local, além da necessidade de treinarem suas performances artísticas para posteriores apresentações.

Contrariando a regra de que a transgressão das normas é unicamente nociva à constituição da cidadania, essas experiências localizadas e fora do ambiente escolar (tradicionalmente o principal espaço de socialização juvenil) proporcionaram uma maior criticidade dos jovens em relação ao mundo e fizeram com que buscassem mais conhecimentos sobre suas realidades. Esse cenário proporcionou o surgimento de um "quinto

[6] UNESCO. Relações Raciais na Escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Castro, Mary Garcia; Abramovay, Miriam. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgibin/ulis.pl?catno=145993&set=4A65D4F4_1_17&gp=1&mode=e&lin=1&ll=1. 2006

elemento" no Hip Hop, largamente aceito por seus adeptos[7] e estudiosos, que é o conhecimento. Esse elemento não atua isoladamente, mas deve perpassar os demais durante suas inspirações. A partir de então, o surgimento das "posses[8]" se tornam centrais para a agremiação dos *hip hoppers das* periferias urbanas.

Em termos organizacionais as posses encontram-se nas comunidades ou bairros de pertencimento. Nesse espaço particular e "guetizado" que os jovens estruturam suas ações, "intencionando não somente a produção da arte, mas acima de tudo, apoiarem-se mutuamente" (SILVA, 1999:27). Segundo pesquisadores precursores do tema, dentre os quais podemos citar David Toop e Tricia Rose, através das organizações locais é que os jovens das periferias conseguem decodificar as experiências nas ruas de forma positiva (ibidem, p. 34).

Além disso, a relação dos *hip hoppers* com a sua comunidade de pertencimento perpassa as lógicas protocolares da formação de juízos de valor, sobretudo em relação aos criminosos ou ex-criminosos. A maioria dos *hip hoppers* nunca passou pelo sistema prisional, porém convive com indivíduos que já passaram por ele no seu cotidiano desde a infância, já que a grande maioria da população carcerária vêm das periferias dos centros urbanos. As injustiças vivenciadas sob a lógica do desvio[9] acabam contribuindo para que os *hip hoppers* desenvolvam uma maior criticidade e um maior entendimento em relação às lógicas e estruturas excludentes das instituições públicas como um todo. De acordo com Geremias,

> "Essa é uma das funções subjetivas mais importantes do Hip Hop, particularmente do brasileiro. Aqueles que são alijados da cidadania, e que radicalizam essa exclusão pela escolha da rota do crime, são resignificados não como vítimas, mas como perfeitamente adequados ao "sistema", um produto natural deste. Desse modo, marcando essa diferença conceitual, o hip hop está devolvendo ao "preto e pobre" a capacidade de discursar sobre sua própria experiência, livre da ditadura do discurso juridicopolocial, que é

[7] Após Afrika Bambataa proferir a existência desse elemento, diversas agremiações apontam para a aceitação unânime do conhecimento como quinto elemento do Hip Hop. Para maiores informações, consultar: www.vermelho.org, www.centralhiphop.uol.com.br, www.rapnacional.com.br entre outros.

[8] Agremiações locais que não necessitam de espaço físico específico, pois podem ocorrer nas ruas, residências ou associações de bairro. Surgem como resposta política dos jovens integrados ao movimento hip hop no intuito de reelaborar os conflitos e disputas violentas das ruas em termos artísticos. No Brasil, é nas posses que ocorrem também as discussões políticas e ideológicas (FELIX, 2005; CARRILO MORENO & ALMEIDA, 2009).

[9] De acordo com o Chambliss, a lógica aplicada aos desvios de conduta visa o confinamento e a exclusão dos transgressores; Além disso, as penalidades são aplicadas apenas aos pobres, por interesse da classe dominante, fazendo com que os oprimidos fiquem contra a sua própria classe ao invés de lutarem contra seus opressores (CHAMBLISS *apud* CENTURIÃO 2005)

> habitualmente o que os define e não lhes oferece recursos de identidade social a não ser a de bandidos" (GEREMIAS 2002: 111).

A lógica que produz as categorias desviantes jamais foi integradora no sentido de problematizar o desvio; ao contrário, sempre visou o confinamento ao excluir e segregar os que fogem às normalidades estabelecidas, sempre tendo em vista à integridade da moral vigente. Nesse sentido, as acusações sofridas pelos *rappers* brasileiros de fazerem apologia ao crime não fazem o menor sentido, até porque seus versos não apontam para o crime como solução para os problemas das periferias; ao contrário disso, as advertências acerca da vida do crime podem ser largamente observadas em suas composições e na utilização do hip hop como ferramenta de intervenção social.

Diversos registros têm convergido acerca dos efeitos positivos ocasionados pela atuação do Hip Hop em nível local (ANDRADE, 1999; TELLA, 1999; SILVA, 1999; FELIX, 2005; RIBEIRO, 2005; HOLANDA, 2009; CARRILO MORENO & ALMEIDA, 2009). As agremiações nas posses paulatinamente possibilitaram aos *hip hoppers* atuarem em suas comunidades de maneira mais ampla, pois possibilitou que eles elaborassem ações estratégicas eficazes de transformação da realidade local. Primeiramente, através de ações pontuais e majoritariamente de caráter assistencialista, organizaram ações nas suas comunidades visando ao bem comum (tais como festividades para crianças, shows, campeonatos esportivos, etc.). Concomitantemente a isso, diversos projetos específicos foram construídos em parceria com escolas, tais como shows, grafittagens e palestras dentro das próprias instituições de ensino, demonstrando ser possível agregar culturas e experiências juvenis ancorados em conteúdos formais. Além disso, o Hip Hop tem sido a mais eficaz ferramenta cultural em projetos dentro dos sistemas prisionais, muitas vezes protagonizadas pelos próprios apenados[10].

Heloísa Buarque de Holanda (2009) afirma que o Hip Hop brasileiro preserva as características fundacionais do movimento, "resultando em novas formas de organização comunitária e intervenção por meio da procura de novos sentidos e efeitos para a produção e para os consumos culturais". Holanda estabelece uma relação direta entre novas formas de seu

[10] A prática de shows e palestras em presídios ocorre a mais de dez anos, sendo protagonizadas principalmente por rappers. Alguns grupos, inclusive, já se formaram dentro do sistema prisional e gravaram discos enquanto cumpriam penas. Atualmente, ocorre na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) um projeto intitulado MC's pela Paz, o qual se formou com a permissão das facções internas do presídio.

gerenciamento em um mercado globalizado, desenvolvimento social e econômico e a construção da experiência cidadã (ibidem). A autora ainda cita a diferenciação do Hip Hop brasileiro em incorporar uma nova modalidade expressiva através da literatura[11]. Surge daí a literatura marginal, que tem como protagonistas escritores como Ferréz e Sérgio Vaz. Esses eventos, somados aos processos de aprendizagem dos *hip hoppers*, têm contribuído largamente para que eles retornem às instituições formais de ensino visando, principalmente, o ingresso no ensino superior[12] (HOLLANDA 2009: 2).

Mediante tais acontecimentos, as estruturas de mobilização locais se expandiram e assumiram diferentes configurações fornecendo subsídios para que os ativistas do movimento se organizassem para reivindicarem seus direitos cidadãos de forma mais ampla, através da participação em instituições híbridas ou esferas públicas participativas. Dentre elas, se destacam os Orçamentos Participativos[13], conselhos de controle social, fóruns, conferências dentre outros. Embora existam muitas organizações de *hip hoppers* que possam ser citadas, serão referidas aqui somente as de maior relevância em nível nacional e que tenham suas performances prescritas ou toleradas, quais sejam: Central Única das Favelas (CUFA) e Nação Hip Hop Brasil.

Em 1999, surge a Central Única das Favelas (CUFA), "organização voltada para ações de educação, esporte, cultura e cidadania" [14], com ampla visibilidade à favela e seus moradores[15]. Apesar de não se identificar como uma organização de hip hop, a maioria dos eventos da CUFA são voltados para atividades que envolvam um dos quatro elementos "tradicionais" (vide Hutuz[16], dentre outros). Juridicamente, a CUFA constitui-se como associação[17] e, portanto, conta com recursos oriundos das esferas públicas e privadas.

---

[11] Diversos poetas e cronistas da periferia, *hip hoppers* ou simpatizantes da cultura, têm se reunido para declamarem versos de sua própria autoria, principalmente em São Paulo onde ocorrem os "Saraus Literários".

[12] Os adeptos dessa expressão costumam utilizar-se, concomitantemente, da linguagem formal e do dialeto do gueto como forma de familiarização da comunidade com os livros ao mesmo tempo em que despertam nela a necessidade e o interesse em se apropriarem da língua culta.

[13] A participação do hip hop no Orçamento Participativo ocorre em diversas cidades brasileiras, dentre as quais se destacam Porto Alegre, Sorocaba e Campinas.

[14] Cf. site, www.cufa.org.br, sua abrangência nacional engloba os 27 estados do Brasil, além de contar com sedes internacionais nos Estados Unidos, Suíça, Indonésia, Reino Unido, Bélgica, Suécia e Venezuela.

[15] Com o lançamento do livro "*Cabeça de Porco"*, escrito por Celso Athaíde, MV Bill e o antropólogo Luis Eduardo Soares, o conceito de invisibilidade se torna amplamente conhecido por diversos ativistas do hip hop e apropriado pela CUFA através de eventos com ampla cobertura midiática. Posteriormente, Celso e Bill escreveram mais três livros sobre a juventude nas favelas envolvendo o crime e o narcotráfico, dimensionando as causas da violência urbana para além dos guetos.

[16] Hutuz: nome da etnia majoritária de Ruanda e do prêmio de rap brasileiro mais popular do país;

[17] As unidades da organização funcionam de forma relativamente autônoma e os projetos são gerenciados em nível local. Possui um sistema organizacional via internet, onde os membros trocam informações sobre projetos, editais e, eventualmente,

Ultimamente, a entidade não costuma posicionar-se politicamente e executa políticas públicas governamentais independentemente da orientação ideológica da gestão. Todavia, antes da CUFA ser criada, seus mentores tentaram constituir um partido negro, o Partido Popular Poder para a Maioria – PPPOMAR[18]. De acordo com Geremias, "o texto [do Celso] tem a mesma inspiração e plataforma do *The Black Panther Party*, escrito em 1966, que atacava questões nodais do racismo" (GEREMIAS 2002: 74). Celso Athayde defendia que os negros necessitavam de representatividade política urgente, pois pouquíssimos negros ocupavam as cadeiras dos parlamentos. Inicialmente Celso contou com o apoio de *rappers* de renome (como KL Jay, Mano Brown, Rappin' Wood e Xis), mas não houve grandes mobilizações posteriores (FELIX, 2005: 162).

A Nação Hip Hop Brasil é a organização que mais agrega jovens do hip hop na América Latina[19]. De acordo com informações obtidas com membros da organização, a entidade é vinculada ao Partido Comunista do Brasil – PC do B, mas aceita como membros qualquer jovem que se identifique com sua ideologia podendo, inclusive, pertencer a outro partido político. Conta com aproximadamente 13 mil filiados no Brasil, sendo que a maior parte se concentra em São Paulo (berço do Hip Hop no país). Embora se estime que menos de 20 por cento sejam filiados ao PC do B, as atividades voltadas para formação política são norteadas pelos princípios do Partido. Filiados da Nação Hip Hop Brasil já concorreram a cargos públicos em quatro eleições e ocupam três cadeiras em câmaras municipais no estado de São Paulo. No Rio Grande do Sul, a organização conta com aproximadamente 300 membros.

Em suma, as principais características do movimento Hip Hop no Brasil são: o surgimento de uma nova consciência com base na raça vinculada à condição de classe, ampliando o debate étnico-racial para além da *intelligentsia* do movimento negro tradicional do Brasil; um desejo de ressignificar a política, por meio de outras formas de envolvimento político; uma contestação e reivindicação permanente desses grupos para ocupar espaços

---

discussões acerca de temas polêmicos. Dentre seus parceiros mais expressivos estão a Rede Globo, Fundação Ford e UNESCO.

[18] Link para o manifesto do PPPOMAR: http://www.pppomar.tripod.com/

[19] Fundada em 2005, objetiva, substancialmente, "fortalecer a coletividade com a ampliação da ação, discussão e fomentação social e cultural, focando a formação permanente de seus quadros para uma participação efetiva na construção de políticas públicas e culturais. Disponível em: http://www.nacaohiphopbrasilsc.com/

públicos; o desenvolvimento de uma subcultura com base na solidariedade e o fomento de uma identidade coletiva protagônica.

É com base, nesses fatores, que este trabalho busca compreender a origem, evolução e participação desse movimento na construção política do país. As categorias analíticas que subsidiam este objetivo e que se constituem no quadro de referência teórico são: a cultura política, a socialização política e a participação política. No próximo capitulo se discutem esses conceitos.

3 QUADRO TEÓRICO

3.1. Cultura Política

Os estudos sobre cultura política surgem nos anos 1950 após a Segunda Guerra Mundial, a partir da necessidade de agregar a dimensão comportamental dos cidadãos – incluindo aqui as elites e o público em geral – em relação ao sistema político. Embora o comportamento político já tivesse sido abordado anteriormente por áreas como a antropologia e a psicologia social, a partir da publicação de *"The Civic Culture",* de Almond e Verba, é que a cultura política passa a ser um campo de estudos propriamente dito (RIBEIRO, 2008). Os estudos do caráter nacional somados à sofisticação metodológica empreendida nos estudos comportamentais proporcionaram a ampliação analítica da cultura política, que passa a incorporar e medir apreciações sobre a opinião pública. Ela busca identificar "a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população" (ALMOND E VERBA *apud* KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999). Essa assimilação se dá através de processos de socialização que ocorrem durante as trajetórias sociais dos indivíduos e se constitui como um aspecto basilar da formação da cultura política (KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999).

Para os autores, o encontro de duas ocorrências compõe os tipos de cultura política identificados. Primeiramente, as orientações em relação aos objetos políticos, quais sejam: orientações cognitivas, que se referem à união de conhecimentos e crenças relativos ao sistema político; orientações afetivas, que se referem ao conjunto de sentimentos nutridos em relação ao sistema e suas estruturas e, por último, as orientações avaliativas ou valorativas, que implicam na combinação das duas orientações anteriores consolidadas nas orientações individuais (BOBBIO, 1993; KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999).

A segunda dimensão se refere ao tipo de objeto político ao qual se destinam essas orientações. São elas: (i) a totalidade do sistema político; (ii) as estruturas de incorporação das demandas (*input*); (iii) as estruturas que executam, administram e respondem à essas demandas (*output*) e (iv) a autoconfiança do indivíduo como ator político (KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999). Os resultados obtidos por Almond e Verba apontam para uma relação positiva entre o senso de eficiência política e a participação do indivíduo. Para os autores, "a

convicção na própria competência é uma atitude política decisiva" (*apud* PATEMAN 1992:69), ou seja, quanto mais elevada a autoconfiança do sujeito enquanto ator político, maior propensão em participar ele terá.

Os autores identificam três tipos fundamentais de cultura política: a primeira, denominada de paroquial, ocorre principalmente em sociedades simples e isoladas, onde as estruturas e atores políticos se confundem com os religiosos; a segunda tipologia recebe o nome de sujeita e é caracterizada por percepções, sentimentos e avaliações das estruturas gerais e de execução das decisões, mas sem informação e/ou interesse quanto às possibilidades de demandá-las; o terceiro tipo, que recebe o nome de cultura política participante, seria característica de sistemas nos quais as percepções, sentimentos e avaliações apresentam equilíbrio entre as estruturas de *inputs* e *outputs*, o que denotaria uma postura ativa em relação à política e uma elevada eficácia política subjetiva. A confluência desses três tipos de cultura resultaria em uma cultura cívica, caracterizada, principalmente, por valores e condutas de tolerância e moderação. Essa idealização foi severamente refutada por estar atrelada ao modelo democrático liberal, que relega ao segundo plano a participação dos cidadãos na política (BOBBIO, 1993; RIBEIRO, 2008).

Almond e Verba também afirmam que a cultura política de um país não é homogênea e se assemelha a um mosaico, onde predominam determinadas tendências e outras estão concomitantemente presentes, sejam diferenciadas ou até mesmo opostas. Quanto mais congruentes forem entre si, maior tenderá a ser a estabilidade política (SCHMIDT, 2000). A cultura política de um país é intrinsecamente dinâmica e se transforma influenciada por fatores internos e externos; no entanto, seu núcleo se constitui de predisposições duráveis que condicionam os valores e as crenças internalizadas em relação ao sistema político, impedindo modificações em períodos curtos de tempo (idem, 2000). As mudanças em curto prazo de caráter comportamental (envolvendo condutas e opiniões condicionadas por motivos e situações específicas) somente podem ocorrer se as pessoas das quais se espera mudanças participarem da decisão do que deve mudar e de como mudar (VERBA *apud* PATEMAN, 1994: 88).

A maioria dos estudos sobre a cultura política brasileira assinala a preponderância de práticas populistas, clientelistas e personalistas, além de um Estado essencialmente patrimonialista e centralizador como condicionantes dos baixos índices de mobilização

coletiva dos cidadãos na política. Os direitos cidadãos não foram conquistados através de amplas mobilizações e reivindicações populares, mas sim parcialmente concedidos como uma dádiva (SALES, 1994). Tais bases constituem nossa *cidadania às avessas*[20], permitindo assim o prosseguimento de uma postura subserviente, por parte dos indivíduos, perante os comandos políticos e locais (CARVALHO, 2001). Somado a isso, as oscilações entre períodos autoritários e democráticos e as condições materiais precárias não resolvidas pelas novas democracias contribuíram para que as normas não se consolidassem como nos países democráticos maduros. Prova disso é o grande número de indivíduos com orientações políticas ambivalentes[21] identificados em pesquisas de opinião recentes (MOISES, 2008: 23).

Em relação aos negros, os aspectos históricos apresentam ainda maiores déficits de políticas inclusivas e construção cidadã, principalmente quando confrontados com os norte-americanos: diversos movimentos abolicionistas ocorreram naquele país, ajudando inclusive os escravos a fugirem para o norte[22]; já no Brasil, além de não haver para aonde fugir, a prática da escravidão se dava, inclusive, entre os próprios escravos[23]. Além disso, o entendimento dos cristãos luso-brasileiros era de que a única escravidão iníqua era a da alma, ocasionada pelo corpo; já nos Estados Unidos, os *Quakers*[24] difundiram amplamente seu entendimento da exortação cristã acerca da escravidão (CARVALHO, 2001). As benevolências acessadas pelos escravos brasileiros, portanto, ocorreram de forma paternalista, tanto por parte dos senhores quanto pelo governo, "peneirando apenas os negros que se mostrassem mais identificados com os círculos dirigentes da "raça dominante" e ostentassem total lealdade a seus interesses ou valores sociais" (FERNANDES, 1972: 196). Esse quadro se reflete hoje nos alarmantes índices do crescimento das favelas brasileiras, onde a violação de direitos essenciais atinge, sobretudo, os afro-descendentes (MOISES, 2008: 21).

As crescentes transformações originadas pelos fluxos e refluxos de pessoas e informações têm tornado as subjetividades humanas cada vez mais intricadas e híbridas. Essas

---

[20] Partindo da seqüência estabelecida por Marshall, Carvalho argumenta que a partir do exercício dos direitos civis que os ingleses reivindicaram o direito de votar, e essa participação lhes permitiu a eleição de operários e a criação do partido trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais (Carvalho, 2001:11).

[21] O autor tipificou como democratas os entrevistados que concordaram ser a democracia "o melhor sistema de governo", autoritários os que discordaram dessa afirmação e ambivalentes os que preferiam "um governo autoritário em algumas circunstâncias". Os ambivalentes da amostra brasileira representam mais de metade da população do país (53,7%).

[22] A escravidão se concentrava no sul, principalmente onde havia plantio de algodão.

[23] O filme "Cronicamente Inviável", de Sérgio Bianchi, apresenta uma pesquisa documental sobre casos em que escravos alforriados compravam negros cativos intencionando escravizá-los e ilustra como se davam tais relações na época.

[24] Grupo religioso surgido na Inglaterra no séc. XVII, com o intuito de denunciar abusos da Igreja Anglicana e forçado a migrar para os EUA. Pregavam a paz, a simplicidade e a igualdade e agiam solidaria e filantropicamente regidos por estes princípios.

novas configurações, no entanto, não anulam os fundamentos do mapa cognitivo da cultura política, mas o torna mais complexo na medida em que as sociedades se tornam cada vez mais multiculturais (HALL, 2003). Nesse sentido, as análises multiculturalistas[25] podem assumir diferentes expectativas em relação ao crescente emaranhado cultural pós-moderno. Nesse trabalho, a abordagem multiculturalista crítica é utilizada, "enfocando o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência" (idem, ibidem: 53) para a compreensão dessas novas configurações culturais hibridizadas e refletidas nas atitudes políticas dos *hip hoppers* militantes.

Após a terceira onda[26] democrática, diversos estudiosos identificaram, numa perspectiva comparativa, que a multiplicidade das democracias surgidas não é igual e que não existe um caminho exclusivo para a institucionalização democrática, "mostrando que a democratização diz respeito também ao processo de transformação de uma democracia limitada, incompleta ou híbrida em um regime democrático pleno – por mais difícil que seja defini-lo" (MOISES, 2008: 13). No caso brasileiro, as práticas de corrupção, os governos autoritários e o distanciamento entre representantes e representados indicam que as instituições podem não estar funcionando adequadamente desde o seu surgimento no sentido de corresponder às expectativas dos cidadãos, sendo necessária uma avaliação da compatibilidade desses com a cultura política de determinada região, ou seja, uma avaliação da qualidade da democracia.[27] Sem essa ponderação, os cidadãos se tornam insatisfeitos e desconfiados em relação à política, comprometendo a estabilidade e a legitimidade democrática. Essa desconfiança generalizada, que se estende para as relações interpessoais, se constitui, segundo a teoria da cultura política, no maior entrave à consolidação democrática (ibidem, p. 15).

De acordo com Baquero (2010, no prelo), a transição democrática na América Latina sem a prévia construção de instituições e valores de sua promoção faz com que procedimentos democráticos consolidados convivam com alarmantes índices de desigualdade e pobreza. Isso

[25] Tais análises abarcam as diferentes culturas que compõem determinado país ou região em diferentes perspectivas, tais como o multiculturalismo conservador (assimilar as diferenças às tradições), o liberal (pasteurizá-las o mais rápido possível), o corporativo, o pluralista, o comercial e o crítico (HALL, 2003).

[26] Huntington se refere aos processos de alargamento da democracia em nível mundial como "ondas", as quais apresentam refluxos que resultam em regimes autoritários. A Terceira Onda iniciou na América Latina na década de 70 e se estendeu para o leste europeu na década de 90. Para maior aprofundamento ver Huntington, Samuel P. A Terceira Onda: a democratização no final do século XX. Ática, 1994.

[27] De acordo com Morlino, a qualidade democrática se refere aos procedimentos, conteúdos e resultados de determinada democracia em relação às expectativas dos cidadãos quanto à missão que eles atribuem aos governos (MORLINO *apud* MOISES, 2008: 15).

tem se refletido na opinião pública latino-americana, que tem indagado ser ou não possível melhoras da atual democracia "principalmente nas áreas de segurança e erradicação da criminalidade e se as instituições não são demasiadamente frágeis e os Estados de direito incompletos" (BAQUERO, 2010, no prelo). Por conseguinte, no que diz respeito à relação causal entre instituições e cultura política, as instituições não podem ser consideradas variáveis independentes, pois não são isentas de valores e "correspondem a escolhas normativas da sociedade sobre como processar seus conflitos constitutivos" (MOISÉS, 2008:15). Ronald Inglehart (1990) afirma, a partir dos resultados obtidos em estudos comparativos de dezenas de países sob sua coordenação, que "a evidência disponível indica que os valores e normas culturais assumidas por determinados povos têm a maior influência sobre se as instituições democráticas são ou não viáveis" (INGLEHART *apud* SCHMIDT, 2000: 25). Isso não significa que a cultura política seja autônoma em relação às instituições, mas que é irrefutável a importância da dimensão cultural tanto para a estabilidade quanto para as transformações no sistema político. Para incidir em diferentes cenários, deve-se buscar estabelecer a relação entre tais variáveis e o papel da cultura política em cada caso e período específico (SCHMIDT, 2000).

Algumas apreensões do termo cultura política foram feitas no sentido de abarcar as crescentes complexidades não contempladas em sua acepção seminal. Nesse TCC, convém utilizar o entendimento de Marcello Baquero e Jussara Prá (2007), para quem

> Cultura Política pode ser pode ser definida como o conjunto de crenças e valores que os cidadãos incorporam ao longo do tempo, e sua capacidade de adaptar esses comportamentos numa perspectiva racional (não racionalista) para alcançar determinados objetivos ou aprender a sobreviver politicamente em condições materiais adversas. (BAQUERO E PRA, 2007:13)

A maior parte dos moradores de periferias urbanas vive em condições precárias materialmente – tais como a ausência de saneamento básico, escolas, postos de saúde e transporte público. Diversos estudos têm verificado que a desigualdade econômica diminui o engajamento político, principalmente por parte dos mais necessitados. Esse quadro, que compromete a solidez e a qualidade democrática, diminui os índices de confiança social indispensáveis para a estabilidade do regime (BAQUERO, 2008). Do mesmo modo, a falta de participação histórica e a decorrente desconfiança nas instituições contribuem negativamente para a criação de associações secundárias, que poderiam agir como promotoras de

participação política (idem, 2003: 91). Nesse contexto, a aplicação da concepção acima parece apropriada para a verificação das atitudes, orientações e comportamentos políticos do público observado, o qual tem se apresentado como uma exceção à regra ao se inserir organizadamente nos canais de mediação e espaços públicos para pautar suas demandas.

3.2. Socialização Política

A socialização política é compreendida como o conjunto de conhecimentos adquiridos durante as trajetórias sociais dos indivíduos sobre o seu papel enquanto ator político na cultura política em que ele vive. A obra fundacional de Herbert Hyman (*Political Socialization*) logo foi ratificada por David Easton e Jack Dennis, através de uma pesquisa aplicada a 12 mil crianças norte-americanas. Essa primeira etapa enfatizou a importância da socialização infantil e deu origem ao princípio da primazia, que confere à socialização infantil através da família um papel estruturante das orientações políticas dos indivíduos (EASTON E DENNIS *apud* SCHMIDT, 2000:61).

A segunda etapa dos estudos sobre o tema, iniciada na segunda metade da década de 1970, estabeleceu estudos sobre a socialização nas fases posteriores da vida focando seu interesse particularmente na adolescência. De acordo com Jennings e Niemi (1974), quando o ambiente familiar apresenta baixos níveis econômicos e socioculturais outras agências podem ser mais relevantes na formação de atitudes políticas (JENNINGS E NIEMI *apud* SCHMIDT, 2000:66). No mesmo período na França, Annick Percheron (1970) enfatizava que a socialização era um processo constante na trajetória dos indivíduos e que diversos acontecimentos podem modificar as atitudes constituídas (PERCHERON *apud* SCHMIDT, 2000:61).

Almond e Verba (1963) também assinalaram que as experiências adultas são essenciais, pois "a socialização na família e, em menor proporção, na escola, representa um treinamento inadequado para a participação política" (ALMOND E VERBA *apud* PATEMAN, 1992:70). Apesar dessa afirmação, os autores identificaram que as oportunidades participativas na família e na escola relacionavam-se positivamente, nos cinco países estudados, com o senso de eficiência política. No entanto, apontam para a importância da

escolaridade nesse contexto, sendo os filhos da classe média os que mais apresentam estruturas familiares de autoridade participativas. Famílias de classes baixas tendem a ser mais autoritárias em função do baixo status ocupacional dos pais nos locais de trabalho, tornando-os "mais agressivos e severos" (idem, ibidem).

Embora o princípio da primazia seja considerado superado por diversos pesquisadores – dentre os quais se destaca o trabalho compilado por Roberta Siegel em 1989, intitulado "*Political Learning in Adulthood: a Sourcebook of Theory and Research"* [28] –, a importância da socialização ocorrida através das instituições primárias e secundárias tem considerável relevância na formação da personalidade adulta. Em relação à socialização primária, quando existe convergência nas orientações paternas em relação às demais agências (tais como escola e grupos de convivência) a tendência é que sejam reforçadas; entretanto, ela decai na medida em que discrepa de novos valores introduzidos, principalmente por grupos de amigos (SCHMIDT, 2000: 67).

Já a socialização secundária remete à formação da juventude enquanto categoria social, pois a escola é a principal instituição dessa fase. No momento em que a escola passa a substituir a aprendizagem informal, que ocorria na família, a juventude emerge como uma faixa etária particular em classes sociais específicas (burguesia e aristocracia). Segundo Àries, "de um lado, havia a população escolarizada, e de outro, aqueles que entravam diretamente na vida adulta muito cedo" (ÀRIES *apud* ABRAMO, 1994:6). Posteriormente, devido à necessidade da incorporação da mão-de-obra infantil ao mercado, a juventude pobre passou a ter acesso à escola, porém de forma bastante precária (idem, 1994). Isso aponta para o surgimento de diferentes juventudes, o que impossibilita análises generalizadas acerca dessa faixa etária específica embora seja consensual na literatura que as transformações da socialização secundária constituem-se como mecanismos de adaptação que adéquam o passado ao presente (SCHMIDT, 2000: 62). As transformações profundas representam processos de ruptura, "sendo necessário um aniquilamento da biografia anterior no seu todo" (ibidem, p. 62).

As transformações nessa faixa etária são mais freqüentes do que em outras idades, pois a formação de um estilo geracional ocorre nessa fase e são as novas gerações que mais

[28] A autora resume os pontos convergentes dos pesquisadores que perpassam os diferentes enfoques: (i) a socialização política adulta é um fenômeno interativo entre a dimensão individual e social e (ii) pode caracterizar tanto mudanças quanto continuidades. (SIEGEL *apud* SCHMIDT, 2005: 61).

incorporam mudanças na vida adulta (SCHMIDT, 2000). Nessa fase, os questionamentos quanto às normas e instituições do mundo adulto aparecem de forma mais contundente. Segundo Foracchi (1972), quando a crise juvenil se combina com a crise social, a juventude emerge como uma categoria social produzindo uma revolta que questiona a ordem (FORACCHI *apud* ABRAHMO, 1994:16). Para este TCC, utiliza-se o conceito de *geração política* de Mannheim (1982) para a apreensão das experiências juvenis dos pesquisados, marcados por eventos políticos e sociais comuns e que adquiriram uma identidade coletiva por compartilharem tais eventos (MANNHEIM *apud* SCHMIDT, 2005:79).

Embora os procedimentos de educação tiverem sido considerados fundamentais para a formação do caráter por muitos pensadores, Almond e Coleman (1969) identificaram a importância da socialização latente, que ocorre de maneira difusa e não esquematizada, sendo a família a principal agência. Entretanto, ela tende a diminuir na medida em que o sujeito cresce, dando lugar à socialização manifesta, que se transmite explicitamente pelas diversas agências de socialização coletiva (ALMOND E COLEMAN *apud* SCHMIDT, 2000: 64). Durante algum tempo, os estudos sobre socialização se voltaram para os processos de socialização latente por acreditar-se que seriam condicionantes da socialização manifesta.

Entretanto, um dos principais achados da socialização política é que o principal precedente de orientação e valores democráticos é a educação. Esse fato, consensualmente aceito pela bibliografia do tema, tem motivado que diversos estudiosos apregoem o valor da educação cívica e a necessidade de envolvimento dos cientistas políticos nesse contexto, principalmente em relação às novas democracias (SCHMIDT 2000: 71). Recentes estudos desenvolvidos demonstram que a participação em atividades de educação cívica ou "educação para cidadania" incide positivamente sobre a instrução e o interesse dos jovens sobre a política. Contudo, essas orientações surtem diferentes resultados, que variam de acordo com as conjunturas e as trajetórias dos indivíduos, sendo impossível prever os resultados desses processos antecipadamente (idem, 2000).

O acesso à informação é requisito básico para a democracia plena e a participação crítica. No caso do Brasil, a ausência de informações e a dificuldade em decodificar as normas políticas estão relacionadas aos baixos índices de escolaridade da população, apontando para a falta de ações educativas para a cidadania (BAQUERO, 2003: 92). Não coincidentemente, a proporção de estudantes negros e brancos apresenta disparidades significativas: de acordo

com dados de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[29], 63 por cento dos estudantes brancos estavam na universidade contra 28 e 32 por cento dos negros e pardos, respectivamente; já acima dos 25 anos, os percentuais de jovens que haviam concluído o ensino superior foram de 15 por cento para os brancos, contra 5 por cento, em média, para os negros e pardos. Em relação ao ensino básico, a proporção de analfabetos entre negros e pardos e brancos é quase três vezes maior nos dois primeiros grupos.

Esse quadro reflete a ausência de políticas de educação para os pobres, pois os cidadãos que se classificam como negros e pardos hoje representam mais da metade da população brasileira (idem, 2009). Comparado aos Estados Unidos, percebe-se o porquê foi possível a adesão da população negra às lutas pela cidadania e o conseqüente empoderamento negro: naquele país, os governos e as congregações religiosas esforçaram-se para educar os escravos, pois já em 1870 havia 4.325 escolas para alforriados, dentre as quais uma universidade – Howard (CARVALHO, 2001:53). Já no Brasil, os negros tiveram que aprender fora das instituições formais de ensino por longo tempo, comprometendo a sua capacidade cognitiva até os dias de hoje.

De acordo com Lev Vigotsky (1996), o processo cognitivo deve ser apreendido na sua relação com ambiente social do indivíduo (VIGOSTKY *apud* SCHMIDT, 2000:80). Além da precariedade do ensino brasileiro e do distanciamento das instituições escolares com as expectativas dos grupos juvenis, as condições materiais dos jovens das periferias impedem que apreendam os princípios democráticos por não coligarem a eles possibilidades de soluções efetivas. Embora o modelo universal de socialização política[30] não seja mais utilizado, os estudos sobre o tema no mundo partem de realidades bastante distintas em relação ao Brasil. Como exemplo, o foco dos estudos sobre identidade partidária como estruturador das atitudes políticas não se aplica à população do país e muito menos ao Hip Hop brasileiro devido ao distanciamento histórico dos partidos e das massas eleitorais. Portanto, as análises sobre a socialização política no Brasil devem levar em conta as especificidades locais e não somente replicar modelos analíticos que não condizem com a nossa realidade.

---

[29] Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/

[30] Esse modelo, elaborado por David Easton, foi utilizado por diversas sociedades nos primeiros estudos sobre socialização política. Três momentos caracterizariam esse processo: (i) orientação para a comunidade (5 aos 12 anos), (ii) orientação para o regime (adolescência) e (iii) atitude frente aos representantes políticos (fim da adolescência e início da vida adulta). (EASTON *apud* SCHMIDT, 2005: 105)

Ainda que não se tenha dados estatísticos sobre o tema, pesquisas qualitativas no Brasil assinalam que os *hip hoppers* apresentam dificuldades em relação ao sistema de ensino escolar. Ao acompanhar alguns *hip hoppers* em escolas, Andrade (1999) afirma que eles, quando não evadem do ensino formal, costumam ser classificados como "alunos-problema" devido aos freqüentes questionamentos e debates levantados em sala de aula No entanto, a autora relata que esses mesmos alunos problemáticos foram os que mais participavam criticamente dos debates sobre política durante o andamento de seu estudo (ANDRADE, 1999: 84).

3.3. Participação Política

A clássica polêmica sobre o papel da participação política da "massa eleitoral" é um dos temas mais pautados pelos teóricos da democracia. De um lado, estão os defensores da democracia liberal ou representativa como único modelo factível, alegando que a participação do cidadão comum nas decisões políticas para além do voto poderia comprometer a estabilidade do regime. Desde a afirmação de Joseph Schumpeter (1943) de que a democracia seria um método político competitivo entre líderes pelo voto dos cidadãos[31], houve uma aceitação generalizada[32] na ciência política de que a participação direta era irrealista, devido à inabilidade do cidadão médio. Sob esse ponto de vista, o cidadão delega aos representantes as decisões políticas, os quais devem ser qualificados para exercerem tal representação[33] (SCHUMPETER *apud* PATEMAN, 1992).

Do outro lado, se encontram os que se contrapõem a essa lógica argumentando que sem a ampliação da participação política não existem possibilidades de garantir tal estabilidade, pois ela está vinculada à concordância e à adesão dos cidadãos ao sistema político. É dentro dessa lógica que a cultura política opera. Apesar de ter sido subestimada por muito tempo, nas últimas décadas a valorização da participação dos cidadãos e sua confiança nas instituições e nos governantes se colocam como condição *sine qua non* para a

[31] Entretanto, para que isso fosse possível Schumpeter colocava como requisitos indispensáveis: (i) liberdades civis, (ii) eleições livres, (iii) tolerância com opiniões distintas e (iv) que todos os interesses abrangidos fossem leais aos princípios estruturais da sociedade existente (SCHUMPETER *apud* PATEMAN, 1992: 13).

[32] As teorias que se destacam nessa perspectiva, tais como as de Berelson, Sartori, Dahl e Eckstein não serão aprofundadas nesse TCC devido à limitação do número de páginas exigida.

[33] A qualidade dos líderes políticos é assegurada pelas suas experiências administrativas acumuladas, as quais só podem ser adquiridas pelas elites que ocupam historicamente altos cargos públicos e administrativos (SCHUMPETER *apud* PATEMAN, 1992: 14).

sobrevivência da democracia, principalmente em relação aos novos regimes democráticos (BAQUERO, 2003).

Carole Pateman (1992) retoma as clássicas teorias democráticas de Rousseau, John Stuart Mill e G. H. Cole, para refutar as críticas da democracia elitista-competitiva em relação à ampliação participativa. De acordo com os clássicos, ela deve ser concebida em seu sentido amplo, ou seja, contemplar a participação dos cidadãos na tomada de decisões. Dentre as principais premissas defendidas pela autora, se destaca a função educadora da participação ("se aprende a participar participando") e a necessidade de transformação das estruturas de autoridade ortodoxas, as quais devem ser democratizadas em nível local para que os cidadãos obtenham qualidades psicológicas de autoconfiança (senso de eficiência política) para posteriormente poderem atuar nas esferas estatais (idem, 1992). A partir da obra de Pateman, serão discutidas algumas questões colocadas pelos referidos autores clássicos contextualizadas à cultura política e a realidade das esferas participativas do Brasil.

Em relação à participação direta, Rousseau defende a participação individual por garantir uma inter-relação continuada entre o funcionamento das instituições e os atributos e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas. A participação em grupos organizados poderia ocasionar a prevalência de valores individuais por parte de alguns membros. Para o autor, seria essencial identificar se tais instituições são ou não participativas ao ponto de cumprirem com sua função primordial, que seria a função educativa (ROUSSEAU *apud* PATEMAN, 1994: 38). Já para Stuart Mill, as pessoas "mais sábias e melhores" deveriam ser eleitas para ocuparem cargos e discutirem os assuntos políticos, o que não acarretaria na manipulação do cidadão comum. Nas palavras de Mill, "o pobre saiu do seu estado de tutela (...)" (MILL *apud* PATEMAN, 1994: 47). O terceiro entendimento acerca da participação, de G. H. Cole, é de que as associações[34] são o caminho mais indicado, e devem atribuir tarefas e deveres (e, portanto, uma parcela de autoridade) aos seus membros (COLE *apud* PATEMAN, 1994).

Vários estudos indicam para uma inércia participativa da população brasileira nos espaços formais constituídos e um aumento do surgimento de novas formas de participação não-institucionalizadas, surgidas a partir de novos associativismos em nível local (AVRITZER E COSTA 2004; MOISÉS 2008; BAQUERO 2003, 2008). Embora muitas

[34] De acordo com a *teoria das associações*, a democracia só é verdadeira em termos de função ou propósito, sendo que a função de uma associação se baseia no propósito para o qual ela foi criada. A sociedade é um complexo de associações que se mantém unidas pelas vontades de seus membros, sendo que se estes querem se autogovernar devem participar de todas as associações das quais são membros (COLE *apud* PATEMAN, 1992: 54).

organizações associativas mantenham coerência com seus princípios e missões, os estudos acerca dos novos movimentos sociais[35] e suas práticas associativas – envolvendo a noção de direitos humanos e suas demandas específicas, tais como juventudes, etnia, gênero, ambientalismo e sexualidade dentre outros – ainda são bastante incipientes em relação à amplitude dos resultados de tais ações na consolidação de uma democracia plena. Esses espaços alternativos de participação não costumam ter a mesma eficácia no que se refere ao controle e a fiscalização das instituições públicas e seus respectivos gestores, pois as sanções oriundas dos mecanismos de "*accoutability* societal" [36] costumam ser simbólicas e de alcance limitado na transformação das estruturas vigentes, principalmente pela crescente marginalização dos movimentos sociais executada eficientemente pela grande mídia.

Autores como Bresser-Pereira (2005) afirmam que o surgimento e a proliferação de organizações sociais de responsabilização social têm propiciado a ampliação e a profundidade do debate público no Brasil devido às lutas ideológicas de tais entidades e ao reconhecimento, por parte do sistema jurídico, de sua legitimidade enquanto interlocutores políticos (BRESSER-PEREIRA, 2005: 78-79). O autor ainda refuta a crise democrática e os indícios de um cinismo generalizado por parte dos cidadãos argumentando que, na verdade, os indivíduos estão se tornando mais críticos em relação à política (idem, p.86). Entretanto, o reducionismo neoliberal do conceito de sociedade civil às associações do dito "terceiro setor" [37], de acordo com Telles (2001), possibilita a suspensão do político, pois o conflito social e político desaparecem da cena, colocando organizações sociais (velhas e novas) de diferentes tipos e com intenções políticas distintas sobre uma mesma denominação: terceiro setor (TELLES *apud* DAGNINO, 2006:25). Isso se deve à crescente terceirização de serviços públicos para as ONGs, fomentando ações filantrópicas em relação aos pobres que lhes retiram o reconhecimento de sujeitos portadores de direitos (DAGNINO, 2006). A concepção de participação neoliberal, portanto, se define de maneira instrumental, significando basicamente a execução eficiente das políticas sociais cujas definições jazem sob o controle do Estado. Desta forma, a participação se concentra na gestão e implementação das políticas e

[35] Ações coletivas motivadas por demandas específicas e não necessariamente pautadas na luta de classes, diferindo-se assim dos tradicionais movimentos sociais de orientação marxista.

[36] Mecanismo de controle não eleitoral, que emprega ferramentas institucionais e não institucionais (ações legais, participação em instâncias de monitoramento, denúncias na mídia etc.), que se baseia na ação de múltiplas associações de cidadãos, movimentos, ou mídia, objetivando expor erros e falhas do governo, trazer novas questões para a agenda pública ou influenciar decisões políticas a serem implementadas pelos órgãos públicos. (SMULOVITZ E PERUZZOTTI, *apud* CARNEIRO).

[37] A expressão "terceiro setor" se refere à multiplicidade de organizações sociais, indivíduos voluntários, fundações e institutos empresariais que desenvolvem atividades com fins públicos (DAGNINO, 2006).

não inclui o poder de decisão sobre elas, despolitizando os conceitos de participação, sociedade civil e cidadania (idem, 2006) e atando as mãos dos "ongueiros" que dependem do repasse de recursos públicos e privados para sua sobrevivência.

No caso do Brasil, as associações locais a partir década de 1970 surgiram criação dos centros de educação de base e de acessória popular, colocando-se a serviço das camadas dominadas da população sob a orientação ideológica da Teologia da Libertação[38] (GRYNSPAN, 2004). Seu lócus por excelência foram as favelas, onde se concentram os maiores índices de pobreza. Após o fim da ditadura militar, o retorno dos exilados políticos após a anistia foi determinante para a profissionalização das ONGs e sua proliferação (idem, 2004). Se por um lado isso trouxe recursos, também houve uma verticalização das relações interpessoais, pois a esquerda latino-americana carrega em si, concomitantemente, orientações contestadoras e autoritárias na maioria de seus alinhamentos organizacionais (DAGNINO, 2006:32). Embora as associações locais possam representar alternativas participativas, se faz necessária uma análise não generalizante, pois nem todas as associações são capazes de produzir efeitos de aprendizagem democrática.

Pateman defende, através da análise de diferentes experimentos, que o ambiente industrial é o mais apropriado para que as estruturas de autoridade sejam democratizadas (PATEMAN, 1992). Entretanto, os apontamentos da autora podem ser reaplicados em nível local para outras instituições. Em relação às experiências participativas locais em espaços de deliberação, tais como o Orçamento Participativo, embora surtam um efeito positivo no senso de eficiência política[39] e objetivem diminuir as práticas clientelistas na relação Estado-sociedade, costumam apresentarem-se como mecanismos ineficazes de empoderamento cidadão. Segundo Baquero,

> O problema, entretanto, é o pressuposto da descentralização que visualiza o cidadão comum como um ator social com poder e capaz de fazer prevalecer seu ponto de vista, em um contexto de deliberação, o que está longe de ser realidade, pois, de maneira geral, a maior parte da população não vê nos

[38] A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs. Ela explana de maneira precisa "*o caminho de uma Igreja libertadora, que se insere no meio do povo e deseja a transformação social a partir da fé*" (BOFF apud MOURA et. al., 1981: 40). De acordo com Leonardo Boff, "*o ideário cristão é mais afim com aquele socialista do que com aquele capitalista", pois "permite ao cristão melhor viver os ideais humanitários e divinos de sua fé"* (idem, ibidem, 1981:41).

[39] Segundo Almond e Verba, existe uma correlação positiva entre a eficácia política e a pseudoparticipação no estudo apresentado em *"The Civic Culture".* (ALMOND E VERBA *apud* PATEMAN, 1994: 101).

> mecanismos de deliberação, por não estar preparada, uma saída para seus problemas. (BAQUERO, 2003: 89).

Para que os cidadãos efetivamente participem é imprescindível que decodifiquem as normas políticas e que os espaços participativos se constituam como espaços educativos e inclusivos da população historicamente excluída do debate político. Embora a criação de canais de diálogo com a população tenda a aumentar em governos progressistas, as políticas de um governo específico não asseguram a continuidade e os métodos necessários para a modificação da cultura política do país. Além disso, mesmo que se constituam como políticas de Estado, a parcela representativa do governo pode intimidar os participantes a opinarem devido ao repasse de recursos públicos (pois os espaços híbridos costumam modificar seus contornos de acordo com a gestão pública vigente). Isso também ocorre, geralmente, nos conselhos de controle social dos três entes federados.

Outro fator relevante a ser analisado é a capacidade discursiva das esferas públicas participativas em absorverem os novos públicos (AVRITZER E COSTA, 2004: 711). Fraser (1992) refere que o modelo habermasiano não dá a devida importância aos chamados *subaltern counterpublics* ao desconsiderar as relações assimétricas de poder que marcam, historicamente, os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas (FRASER *apud* AVRITZER E COSTA, 2004: 711). Assim, a autora afirma que a esfera pública acaba por ser excludente. Na mesma direção, Gilroy (1993) acrescenta os *diasporic publics* como desprivilegiados nas esferas participativas por não controlarem os mecanismos de produção e reprodução dos discursos de poder considerados legítimos (GILROY *apud* AVRITZER E COSTA, 2004: 712). Portanto, para serem inclusivas de fato, as normas institucionais precisam ser formuladas juntamente com os cidadãos, os quais devem ter liberdade de expressarem suas opiniões. Nas palavras de Rousseau, essa liberdade "consiste menos em fazer a sua vontade do que não estar submetido à de outro" (ROUSSEAU *apud* PATEMAN, 1994: 41), nesse caso materializada na omissão discursiva dos novos públicos.

A falta de "treinamento para a democracia" constrange, conseqüentemente, a participação indireta, pois o indivíduo não apresenta condições para controlar livremente os que executam as leis e seus representantes No entanto, de acordo com Almond e Verba (1963), o senso de eficácia política não requer indispensavelmente a democratização total das estruturas de autoridade (ALMOND E VERBA *apud* PATEMAN, 1992: 101). Mill e Rousseau ressaltaram que a experiência participativa traria a valorização da conexão entre

interesses privados e públicos, ampliando as perspectivas de interesse dos cidadãos (PATEMAN, 1994:102). Ou seja, mesmo mediante tais entraves, a participação local propicia uma familiarização com os procedimentos democráticos e com as habilidades políticas, podendo indicar possibilidades participativas nos níveis mais altos de decisão (idem, ibidem).

Duas razões são assinaladas por Pateman como justificadoras da necessidade da participação nos níveis mais altos de decisão: (i) somente a participação nesse nível poderia proporcionar ao indivíduo a experiência administrativa e os decorrentes impactos entre decisões tomadas e o ambiente social mais amplo e abrangente e (ii) a modificação das estruturas de autoridade[40] por meio da introdução de participação parcial em níveis mais altos diminui a necessidade de elementos não-democráticos nesse nível (idem, ibidem). Nessa lógica, a participação dos *hip hoppers* nos níveis mais altos de decisão pode proporcionar um treinamento específico e necessário para a compreensão dos moldes institucionais vigorantes.

Para medir os impactos das experiências participativas dos *hip hoppers*, será utilizada a seguinte tipologia: por participação formal, entendem-se todas as formas convencionais participativas que envolvam o processo eleitoral e poder público, variando em custos e complexidades de acordo com o nível de envolvimento. Esse tipo de participação envolve desde a simples exposição voluntária a mensagens políticas e o ato de votar até a ocupação de cargos públicos (BOBBIO, 1993); por participação informal, entendem-se as manifestações voltadas ao protesto político, tais como abaixo-assinados, ocupações e greves; por fim, o conceito de participação comunitária se refere à participação de pessoas que habitam um mesmo território, ou seja, que pertençam a uma mesma comunidade, para resolverem seus problemas. Pode se exprimir de diversas formas, tais como pressionar órgãos oficiais, consultas, ações diretas, contribuições financeiras ou de mão-de-obra, ações que visem à ampliação da organização e consciência política e o compartilhamento de responsabilidades e informações. Contudo, esse último conceito apresenta divergências conceituais devido às múltiplas variações ideológicas que pode assumir. Nesse TCC, busca-se avaliar as potencialidades de participação comunitária enquanto um meio revelar a capacidade de se desenvolver em participação como um fim (PAULILO, 1999).

A partir dessa discussão, esse trabalho utiliza os conceitos de socialização primária e secundária para verificar a importância da família, da escola e dos grupos de convivência na

[40] A autora se refere especificamente à democratização das estruturas de autoridade industriais por considerar a indústria o local mais apropriado ao treinamento democrático. No entanto, a proposta analítica dos semi-experimentos realizados nas indústrias permite uma analogia às estruturas de autoridade governamentais no nível mais alto devido à especificidade desse TCC e seu respectivo contexto.

formação das atitudes políticas dos entrevistados e se houve alguma ruptura com as experiências anteriores. Em relação à militância partidária, o conceito de socialização manifesta será utilizado para identificar a relevância da educação cívica proporcionada a partir das ações de formação política. Do ponto de vista da participação, pretende-se testar em que medida as experiências participativas em nível local e com outras organizações militantes produziram aprendizagem democrática. Pretende-se também avaliar, a partir da análise retrospectiva das experiências participativas locais, o senso de eficiência política dos referidos jovens em relação à sua participação nas esferas públicas e nos espaços de mediação formais, dentre os quais o partido merece destaque. Por fim, aspira-se ponderar sobre as conseqüentes expectativas decorrentes das trajetórias sociais e políticas os jovens em relação à democracia brasileira, principalmente em relação às populações mais pobres e que habitam as periferias dos centros urbanos. Parte-se, portanto, para as análises das entrevistas realizadas.

4. ANÁLISES DOS DADOS

4.1. Atores Sociais: indivíduo *versus* coletividade

Os primeiros contatos dos entrevistados com o Hip Hop ocorreram primeiramente na comunidade, sendo que o entrevistado C foi o único a referir o contato ao ambiente familiar. Observa-se que o maior atrativo da cultura foi a identificação da realidade vivenciada no conteúdo das letras de rap, reafirmando estudos anteriores sobre a importância do elemento discursivo da cultura. O entrevistado A enfatiza a violência como principal tema de identificação, o que lhe proporcionou um sentimento de capacidade em elaborar suas próprias letras; o entrevistado B se refere à rebeldia dos jovens da periferia por não serem respeitados desde a infância devido a desestrutura familiar generalizada das famílias pobres, sendo o rap um espaço de desabafo e identificação coletiva que proporciona uma "confiança no amanhã". Constata-se, portanto, a habilidade do rap em propiciar a auto-estima necessária em um contexto de precariedade extrema. O entrevistado C relata identificar-se de forma geral com "suas idéias, seus protestos, suas indignações, suas angústias e seu apelo social através da música (...). Daí eu vi, é essa a cultura, porque ela consegue mostrar o lugar de onde eu vim."

No caso do entrevistado B, nota-se que a partir da agremiação para os ensaios surge um sentimento de pertencimento a um grupo específico:

> A partir do Hip Hop minha vida passou a ter algum sentido, um sentido legal (...). Eu sentia que tinha uma relação de compromisso com alguma coisa. Sem o grupo nós não seríamos chamados para alguma atividade na comunidade ou na escola." (Entrevistado B)

Para o entrevistado A, o que aglutinava os jovens era a intenção de se tornarem visíveis: "víamos como um movimento que queria aparecer, mostrar que a gente existia". O entrevistado C narra sua atuação inicial isolada através do trabalho em uma rádio comunitária. Ao vincular os relatos acima com as informações acerca da existência ou não de diálogo familiar sobre política, percebe-se a possibilidade de correspondência entre a falta de diálogo em casa e a ampliação das atividades com os grupos de convivência: "Não tinham crítica nenhuma (...). Com meu pai nem diálogo tinha (...). Minha mãe também não tinha, era aquela cultura rígida" (Entrevistado A); "Não, detestavam política. Na minha casa éramos muito

desunidos, nunca conversávamos sobre isso, só sobre questões pertinentes do dia-a-dia" (Entrevistado B); "Não. A minha família é de origem muito trabalhadora, muito guerreira, chegava muito cansada em casa, não era uma família esclarecida (...). Sempre pagaram suas contas, cumpriam com suas obrigações, mas viviam aquela vida cômoda" (Entrevistado C).

Embora os três entrevistados afirmem não discutirem sobre política no ambiente doméstico, fica explícita a relação familiar autoritária dos entrevistados A e B, enquanto que o entrevistado C descreve de maneira afetuosa a falta de esclarecimento dos pais em relação à política e sua luta para manter o sustento da casa. De acordo com os resultados dos estudos de Easton (*apud* SCHMIDT, 2000), a formação de atitudes em relação às autoridades ocorre antes mesmo do período escolar. Deste modo, a relação do entrevistado C com a família, aparentemente mais estreita, sugestiona haver uma influência maior das agências de socialização primárias na formação de sua personalidade política em relação aos outros dois casos.

Em relação à escola os três entrevistados narram experiências preponderantemente negativas por não se sentirem contemplados pelo conteúdo ministrado. Os entrevistados B e C enfatizam a falta de identificação com seus antepassados no conteúdo repassado como principal fator de evasão escolar. O Entrevistado C ainda relata que, além de não ter sido incentivado ao estudo dentro de casa, era um dos poucos alunos negros em sua escola e que lhe venderam uma imagem de inferioridade dos negros perante os brancos. Embora o entrevistado A seja branco, ele diz que cresceu se considerando um negro e que, mesmo tendo gosto pela leitura, acabou abandonando os estudos pela evasão escolar coletiva peculiar às periferias e pela falta de educação cívica. As observações de Jennings e Niemi (1974) de que um meio familiar desestruturado econômica e socialmente possibilita maior influência da escola sobre a identificação política dos jovens (JENNINGS E NIEMI *apud* SCHMIDT, 2000: 57) não se aplica nesse caso devido à incongruência entre o ambiente escolar e realidade dos alunos. Nesse contexto, as agremiações em torno do Hip Hop parecem se constituir como uma agência de socialização secundária que reconstrói a realidade através da ruptura com os processos anteriores sucedidos no ambiente familiar e escolar. Isso vai ao encontro das observações colocadas anteriormente por Schmidt de que a divergência entre a socialização primária e as demais agências tende a fortalecer os novos valores em detrimento dos familiares (SCHMIDT 2000: 67). Como foi explicitado anteriormente, o perfil identificado nos entrevistados foi alvo de pesquisas no Brasil apenas nos últimos anos,

contribuindo para que se vinculassem os altos índices de evasão dos pobres e negros no ensino formal à falta de interesse pelos estudos[41] em detrimento de avaliações rigorosas das causas desse fenômeno. O Hip Hop, portanto, parece possibilitar um nível de "auto-conscientização" fora do ambiente escolar conforme identificado em estudos precedentes.

Verificou-se nos discursos dos dois primeiros entrevistados a existência de práticas de solidariedade comunitária cotidianas:

> Eu sou socialista, eu divido tudo que eu tenho. Desde pequeno na comunidade eu cresci assim, na minha avó, na comunidade, faltava um arroz, trocava um feijão (...) (Entrevistado A)

O entrevistado B as vincula contundentemente à identificação com a história e com o programa do Partido Comunista do Brasil:

> Tinha a ver com tudo o que a gente da periferia defendia! O socialismo que a gente pratica na periferia, o remédio, o carro pra levar a "pinta" (sic) que tomou um tiro, a casa que pegou fogo e todo mundo ajuda, as coisas da solidariedade. E vi que o PC do B defendia isso (...) (Entrevistado B)

Diferentemente dos dois primeiros, o entrevistado C refere-se à solidariedade nos âmbitos organizacional e comunicacional:

> É inevitável não ter esse envolvimento comunitário que reúne as pessoas e tenta conscientizar, trazer uma forma de organização aonde não é organizado. Eu era comunicador de uma rádio comunitária (...) que era onde eu exercia o papel (...) de levar informação para as pessoas, ser esse link do comunicador, do protagonista político, cultural e social (...). (Entrevistado C).

Embora coloque a união como fator basilar de militância, a estruturação econômica familiar do entrevistado C evidencia-se novamente na ausência de relatos sobre experiências de auxílio mútuo comunitário perante dificuldades extremas que, segundo Baquero, é o

[41] Além da falta de avaliação adequada das instituições de ensino, a imagem do negro preguiçoso, desinteressado e incompetente difundida há séculos no país é amplamente confirmada na paremiologia (cf. FERNANDES, 1972). Maiores detalhamentos, consultar: FERNANDES, Florestan. O negro no Mundo dos Brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

principal catalisador das crescentes práticas associativas comunitárias no país (BAQUERO, 2003). Os exercícios de dependência recíproca identificados como socialismo para os dois primeiros entrevistados também indicam possibilidades de identificação ideológica e programática com o referido Partido de forma mais concreta em relação ao entrevistado C.

Como principal ponto de convergência, identifica-se a importância do Hip Hop na formação do estilo geracional dos entrevistados. A identidade coletiva adquirida, portanto, possibilitou o que Foracchi designou anteriormente como um tipo de juventude questionadora e contestadora. Os questionamentos e as aprendizagens suscitadas nos grupos de convivência e assinalam a grande relevância destes enquanto agência de socialização em detrimento, em menor ou maior proporção, da família e da escola. Outro ponto relevante se refere ao sentimento de auto-estima narrado e proporcionado pela identificação com o Hip Hop, o que pode ser determinante para suas atitudes políticas de acordo com Almond e Verba (*apud* PATEMAN,1994: 69). A seguir, ver-se-á de que forma as identificações e experiências relatadas se configuram na participação política dos entrevistados.

4.2. Participação, Aprendizagem Democrática e Cidadania

4.2.1. Organizações Não-Governamentais

As primeiras experiências participativas locais dos três entrevistados ocorreram de forma autônoma, primeiramente nas escolas e nos centros comunitários e visavam ao esclarecimento e entretenimento dos jovens da comunidade. Sobre o ativismo em ONGs, os entrevistados apresentaram os seguintes entendimentos:

> Eu sempre atuei com diversas ONGs, mas nunca me convidaram pra atuar organicamente (...)./Acredito que seria não contribuir só com a minha cultura, mas também tendo um retorno financeiro dentro disso. Acho que a ONG serve como espaço de debate, mas isso não deve ser vinculado diretamente. (Entrevistado A)

> (...) Por ser uma relação de trabalho e não de relação humana, de fomento da cultura num processo de construção da cidadania, pelo menos nas ONGs que eu tive contato. Já tinha um formato, não havia participação, havia execução

> de ações (...). Na prática mesmo as pessoas não estão sendo empoderadas (...). É só o fornecimento de uma informação, não há fornecimento por parte do "objeto", ele não é sujeito. (Entrevistado B)

> Grandes ONGs não têm envolvimento político como outras organizações. Porque existe muita ONG dirigida por pessoas de classe média alta, que tem relação com o empresariado, que quer apenas abater no Imposto de Renda (...). É empregada muita grana em cima disso e isso mexe com poderosos, acaba sendo uma luta desleal. (Entrevistado C).

Para o entrevistado A, estar vinculado organicamente a uma ONG significa ter reconhecimento financeiro da entidade, a qual necessita de certa "neutralidade" política para sobreviver. Os entrevistados B e C também reafirmam o caráter empresarial das ONGs em um tom mais crítico em relação à retirada do papel essencial da sociedade civil no campo político. Todas as falas convergem com as observações de Dagnino (2006) colocadas anteriormente sobre a retirada do caráter político da sociedade ocasionado pela transferência para o Terceiro Setor da execução de políticas públicas que antes cabiam ao Estado.

4.2.2. Orçamento Participativo

A participação do entrevistado A nas plenárias temáticas do Orçamento Participativo (OP) ocorreu através de convite do PT. Embora tenha obtido recursos para executar projetos culturais, o entrevistado A expõe suas críticas ao OP:

> Eu fui conselheiro, delegado (...). Mas eu chamava um monte de gente do hip hop pra reunião e ninguém ia. Pra ganhar as demandas, os dinheiros, sabe o que eu fazia? Juntava os punks e os mendigos e botava todos dentro da câmara de vereadores e dizia: ô meu (sic), vota no projeto do Hip Hop!(...) No OP a gente só discutia o que os bairros precisavam daí a gente via o que podia aprovar e votava, não tinha nenhuma formação. (Entrevistado A).

O entrevistado B relata que, a partir das atividades na associação comunitária, foi convocado para participar das reuniões sobre o Orçamento Participativo. Embora ratifique as limitações apontadas pelo entrevistado A, sua percepção acerca das melhorias propiciadas parece ser mais positiva:

> Naquela época a gente vivia em condições subumanas, não tinha banheiro, era esgoto a céu aberto, e isso me jogou pra participar dessas questões. (...) Então eu dava uns "pitacos" (sic), era discussão do orçamento, às vezes nem falava nada, mas só o fato de estar ali já podia votar, levantar a mão. A gente vivia ali na comunidade, sabia o que era pior. (...) Então a gente começou a priorizar aquilo que tinha mais a ver com a comunidade. (Entrevistado B).

O entrevistado C relata não ter participado do OP por puro desconhecimento, pois não havia Orçamento Participativo em sua cidade e ele só o conheceu depois de mudar-se para a Capital. O Orçamento Participativo, portanto, não parece ter surtido efeitos de aprendizagem democrática de maneira substancial para os entrevistados, confirmando as observações de Baquero expostas anteriormente sobre esse espaço específico. Contudo, o entrevistado B conta ter aumentado sua respeitabilidade na comunidade, o que contribuiu para que passasse a organizar festividades e agregar os moradores em prol do bem comum. Nessa conjuntura, a participação local proporcionou maior autoconfiança e contribuiu para a ampliação participativa do entrevistado, o que se ajusta às afirmações de Almond e Verba expostas anteriormente. De acordo com Baquero (2003) "quando há, de fato, um processo interativo para decidir sobre assuntos comunitários, o lado "perdedor" não questiona a legitimidade do resultado, pois a decisão passou por uma discussão pública, inclusiva e regular do ponto de vista de procedimentos" (BAQUERO, 2003:89). Portanto, a priorização de necessidades comuns nas plenárias regionais do OP pode ter desenvolvido no entrevistado B uma maior tolerância às divergências de opinião nos espaços de discussão.

4.2.3. Movimento Negro

Sobre o envolvimento com o movimento negro, os três entrevistados expuseram não ter correspondido às suas expectativas:

> A relação foi boa, mas depois que a gente começou a entender um pouco mais da história, começamos a querer participar mais, aí meio que cortaram a gente (...). Daí a gente saltou fora e não quis participar mais, daí não teve aquela relação mais concreta. (Entrevistado A).

> Quando tentei me aproximar sofri um certo preconceito (...) de algumas pessoas do movimento que eram influentes. (...) Sempre senti exclusão nesse processo, nunca fui bem recebido nesses ambientes. (...) Os negros nessa época eram muito inteligentes e se vestiam muito bem, diferentes de nós do movimento Hip hop, que vivíamos mais na periferia e no gueto. (Entrevistado B).

Os relatos confirmam, portanto, as conjecturas expostas anteriormente acerca das conseqüências da constituição do Movimento Negro no Brasil. De acordo com Rousseau, os aspectos psicológicos humanos fazem surgir diferentes instituições e é fundamental saber se estas são ou não democráticas, pois sua principal função é a educação (*apud* PATEMAN, 1994: 38). Ao ocuparem espaços de decisão, os representantes do Movimento Negro parecem, de acordo com os dois relatos, reproduzir a mesma opressão sofrida na relação com o Hip Hop, embora defendam discursivamente a igualdade racial[42]. Deste modo, as experiências narradas indicam que os primeiros contatos dos dois entrevistados com o Movimento Negro e suas instituições não proporcionaram a aprendizagem democrática esperada.

Já para o entrevistado C, embora a relação com o Movimento Negro não seja tão próxima, a luta pelo empoderamento negro é narrada como ação estratégica necessária:

> Alguns partidos não dão a colocação necessária pra ação do negro em nível de espaço de poder. Os negros ainda não são a total vanguarda, existe uma forma muito excludente ainda. Eu sou até a favor que o negro tenha seu próprio partido (...). Já militei junto, milito, mas eu acho que o movimento negro tinha que ter uma ação mais de base. (Entrevistado C).

Percebe-se que o entrevistado C sofre uma maior influência das idéias propagadas pelo discurso dos *Black Panters* em relação aos outros entrevistados, confirmando os diferentes entendimentos acerca do empoderamento negro que permeiam o Hip Hop. Embora defenda a legitimidade da luta antirracista através da criação de um partido negro para dar conta da invisibilidade no poder político, as declarações do entrevistado concordam com os dois

[42] A tendência à reprodução da opressão, segundo Freire (1987 [1970]), ocorre justamente porque a estrutura de pensamento dos oprimidos, nesse caso os militantes do Movimento Negro, se encontra condicionada pela situação vivenciada. Portanto, "perdura neles, de certo modo, a sombra testemunhal do opressor antigo. Este continua a ser o seu testemunho de *humanidade*" (FREIRE, 1987:33). Maiores informações, ver: FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

primeiros relatos em relação ao pouco alcance do Movimento em relação à maioria da população afro-descendente.

4.2.4. Participação Política Formal

Em relação à participação formal, os três entrevistados possuíam experiências anteriores à filiação partidária. Os entrevistados A e B referem ter participado de campanhas políticas fazendo campanhas, showmícios, escrevendo jingles de campanha e participando de reuniões e plenárias de mobilização. Já o entrevistado C relata ter iniciado sua participação em reuniões formais como representante do movimento Hip Hop em sua cidade. Os entrevistados A e B demonstraram descontentamento por não terem mais sido convocados para participarem de atividades após os pleitos eleitorais, embora tenham procurado os representantes eleitos. Segundo o entrevistado B, após fazer campanha para um candidato negro e que não parecia ter preconceito com o Hip Hop,

> Depois que ele ganhou a gente viu que não tinha espaço pro Hip Hop. (...) Nunca tive relação com o mandato dele, só ia lá telefonar e usar a Xerox. (...) Daí como a gente viu que se dava só na campanha, começamos a querer defender um nome do hip hop pra estar dentro da política. (Entrevistado B).

O entrevistado A também narra a mesma experiência com o referido representante eleito. Da mesma forma, o entrevistado C expressou insatisfação perante a falta de reconhecimento, por parte dos gestores com os quais reunia na época, do Hip Hop enquanto elaborador e executor de políticas públicas juvenis nas e das periferias. Identifica-se aqui como o distanciamento entre representante e representado se reflete, inclusive, nas práticas dos atores políticos de esquerda. Também se observa a internalização, em menor ou maior intensidade, de orientações políticas clientelistas e patrimonialistas intrínsecas à cultura política brasileira. Tais afirmativas reafirmam os déficits de representação e a permanência de vícios tradicionais na política, pautados pelos estudiosos da cultura política como alguns dos mais relevantes temas de investigação (BAQUERO, 2010, no prelo). Além disso, o autoritarismo peculiar da esquerda latino-americana apontado por Dagnino anteriormente (2006) pode ter influenciado nas atitudes autoritárias e utilitaristas dos referidos atores político-partidários.

A aproximação dos três entrevistados com a Nação Hip Hop Brasil ocorreu através de indicações, sugestionando estar diretamente relacionado ao nível de confiança interpessoal entre ativistas do Hip Hop. Confirmam-se aqui novamente as observações anteriores em relação à criação de uma forte identidade coletiva a partir da socialização secundária por meio dos grupos de convivência. No entanto, a filiação à Nação Hip Hop Brasil e ao PC do B só foram concretizadas após os entrevistados se certificarem de que haveria um espaço para sua participação efetiva nas discussões através da aceitação de suas proposições:

> Fiquei no PC do B porque o Hip Hop tem um espaço de discussão, fazer parte da construção da jogada, o que eu não encontrei em outros lugares. Então, eu acredito que seja uma família que a gente precise sempre fazer aprimoramento dessas coisas. (Entrevistado A).

> Eu não sabia se eu teria essa participação no partido, mas falei: vou entrar, se me ouvirem lá dentro e minhas idéias forem em algum momento aceitas, eu fico, senão eu saio. Só que daí em um ano eu já fazia parte da direção nacional da juventude do partido, que é a UJS, e estava sentado ao lado dos dirigentes nacionais do PC do B (Entrevistado B).

> Existe orientação nesse sentido, o nosso Partido foi o que se preocupou em dar uma qualificação política e abrir espaços de decisão pra outros indivíduos se tornarem vanguarda do processo. (Entrevistado C).

A democratização das estruturas de autoridade, portanto, é colocada como principal motivo de permanência das lideranças no Partido e indicam reais possibilidades de aprendizagem democrática. Embora suas percepções acerca da participação nos níveis mais altos de decisão tenham apresentado variações, as expectativas de participarem mais ativamente foram todas positivas. Isso parece concordar com as perspectivas já explicitadas de Almond e Verba de que também a pseudo-participação gere sentimentos de eficácia política (ALMOND E VERBA *apud* PATEMAN, 1994: 101).

O entrevistado A reivindica mais espaços nas esferas de decisão, mas admite que os membros da Nação Hip Hop necessitem de maior qualificação para ocupá-los; já o entrevistado B acredita que todos no Partido têm igualdade de oportunidades participativas independentemente de sua base política, mas é preciso antes dominar as regras do jogo democrático. Para o entrevistado C, embora existam embates internos a Nação está

avançando na formação de seus quadros e, na luta cotidiana, seus espaços estão sendo ocupados. Nesse panorama, as conformações das expectativas dos entrevistados tendem a serem correspondidas: segundo estudos compilados por Blumberg (1968), uma estrutura participativa se torne mais eficiente em longo prazo devido à compatibilidade que tende a ocorrer entre a personalidade e a estrutura (BLUMBERG *apud* PATEMAN, 1994 89).

4.2.5. Educação Política

As atividades voltadas à educação política apareceram como essenciais, nas falas dos três entrevistados, para seu entendimento da importância da participação formal. Para o entrevistado A, o conhecimento repassado pelo Partido sob a perspectiva marxista lhe proporcionou assumir o cargo de Coordenador de Juventude da Secretaria de Cultura de seu município e realizar uma gestão mais plural, contemplando diversas tendências culturais; na mesma direção, o entrevistado B afirma que

> Pra mudar na esfera institucional, pra transitar na esfera política e institucional, só estando num partido. (...) Entrar é fácil, mas como se atua nesses espaços? Aí vem a necessidade da formação (...), professores mais variados contando a história do Brasil não pelo meio formal, mas a partir de um olhar de construção do povo brasileiro. Eu me vi (...), em todos aparece o negro, coisa que eu nunca tinha visto. (Entrevistado B)

O entrevistado C também explicita o quanto o acesso às informações modificaram o seu comportamento político:

> A partir do momento que eu conheci uma organização chamada Nação Hip Hop Brasil que eu abri minha cabeça nesse sentido, que o Hip Hop e o rap precisavam se politizar. Tem que deixar de entender que se a gente quiser protagonizar só a cultura num país onde os espaços não são democráticos, onde não retemos um espaço considerável nos meios de comunicação, a gente vai lutar, lutar, mas ficará fora do processo (Entrevistado C).

De acordo com Vigotsky (1996), “somente quando a política se torna central na vida de um indivíduo é que os atrativos provenientes do meio social o estimulam a um nível mais

alto de raciocínio e entendimento" (VIGOTSKY *apud* SCHMIDT, 2000: 80). Nos três casos, constatou-se serem proeminentes as atividades voltadas à educação política para a ampliação cognitiva e participativa dos três entrevistados. A perspectiva e o conteúdo ministrados surtiram efeito surpreendentemente superior à educação formal, concordando com os resultados acerca da incapacidade do ensino público brasileiro em atender as necessidades de aprendizado da população[43]. Mediante tais verificações, reafirma-se a incidência positiva dessas ações no interesse pela política e a necessidade de ampliá-las para a população em democracias com déficits substanciais como o Brasil conforme explicitado anteriormente por Schmidt (2000) e Baquero (2003)

4.2.6. Participação e Eficácia Política

Durante sua trajetória de militância partidária, o entrevistado B é o que apresenta maior participação nos níveis mais altos de decisão. Sobre sua participação no CONJUVE, ainda que todos tenham passado por uma capacitação para atuarem no Conselho, o entrevistado narra que os representantes que lá estavam eram anteriormente preparados para discutirem políticas públicas para juventudes: "seriam assim os "aprendizes de feiticeiros", a nata da juventude brasileira, que tem a honra de fazer parte de um grupo seleto de jovens pensadores." Embora tenha passado por situações constrangedoras, o entrevistado não recuou do espaço:

> O futuro de quem vai tocar o Brasil estava lá, e eu me sentia o futuro também. Alguns que lá estavam se questionavam por que a gente tava lá, se nem faculdade a gente tinha./ Eu percebia porque não davam atenção pra gente (...), vinham com um assunto de quem está num nível intelectual muito alto, como uma forma de "escantear" (sic). (Entrevistado B)

Ele narra ter seguido orientações de sua organização política de como atuar no Conselho no sentido de defender os interesses dos jovens das periferias ao mesmo tempo em que deveria dar continuidade ao trabalho desenvolvido. Ainda que tenha sofrido discriminação por suas origens, ele expôs ter estabelecido relações com os que se mostravam

[43] UNESCO. Relações Raciais na Escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. 2006. Castro, Mary Garcia; Abramovay, Miriam. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgibin/ulis.pl?catno=145993&set=4A65D4F4_1_17&gp=1&mode=e&lin=1&ll=1

mais abertos e que atualmente dialoga com todas as entidades que compõem o Conselho para efetivar propostas de melhoria para as juventudes em diversos âmbitos além do cultural. Esse fato, de acordo com as teorias discutidas no capítulo anterior, pode significar uma capacidade de adaptação comportamental das normas do campo político para o alcance de objetivos específicos, o que implicaria na presença de elementos de uma cultura política cívica.

A afirmativa de Mill e de Rousseau (*apud* PATEMAN, 1994: 102) de que a familiarização com os procedimentos democráticos em nível local possibilita o discernimento entre interesses privados e públicos parece confirmar-se nas habilidades de negociação do entrevistado B na esfera institucional. A partir das narrativas consideradas, percebe-se a possibilidade de existir maior aprendizagem democrática por parte do entrevistado B em relação aos demais, pois sua trajetória participativa em nível local lhe possibilitou ocupar espaços de decisão na condição de representante dos interesses da organização devido à aparente assimilação das regras do jogo democrático. Por fim, seguem as análises referentes às avaliações e expectativas dos entrevistados em relação à democracia brasileira.

4.3. Democracia Brasileira: limites e possibilidades

Com referência à democracia brasileira, os entrevistados fizeram menção às desigualdades de acesso à informação e à educação de qualidade como principais deficiências do regime:

> Acho que a democracia passa por um processo de redemocratização, precisamos rever muita coisa, toda a sociedade (...). Só é público aquilo que eles querem, não temos um veículo de comunicação que a gente possa estar publicando todas as nossas ações. (...) Nós poderíamos formar nosso povo. (...) Só vai existir a verdadeira democracia quando nós fizermos os direitos humanos serem válidos para todos. (Entrevistado A)

> É uma democracia de alguns, principalmente dos que mais têm instrução (...). O que tem é uma disparidade social muito intensa. (...) [faz com] que aqueles que não tenham o ensino fundamental jamais participem dessa democracia. (...) Não é uma questão de ser uma democracia falsa ou verdadeira. Só não é uma democracia para a maior parte do povo brasileiro. (Entrevistado B)

> Eu acredito que democracia de fato não é isso, as pessoas não terem total liberdade de opinarem naquilo que se sentem bem (...). Quando se vê

> corrupção na política e o povo não consegue se pautar por desconhecer a política. (...). Acho que precisa mudar a educação, essa democracia falta quando o povo não consegue ser participativo. (Entrevistado C)

Todos os entrevistados avaliam a democracia na sua dimensão qualitativa e reafirmam a necessidade da inserção dos cidadãos em condições materiais desfavoráveis na esfera política. Nesse caso, confirmam-se as indicações de Moisés já expostas sobre a inadequação do funcionamento das instituições brasileiras e a necessidade de ponderação acerca do seu funcionamento em relação às expectativas da população. Confirmam-se também os apontamentos de Baquero colocados anteriormente sobre as limitações ocasionadas pela ausência de instituições e de valores democráticos durante a implementação do regime.

Em relação ao futuro do país e das periferias brasileiras, os três entrevistados revelaram expectativas positivas atreladas ao protagonismo dos cidadãos nesse processo:

> O avanço da periferia vai acontecer porque o governo Lula criou uma nova fórmula de fazer política social, mesmo que não tenha tido uma eficácia, mesmo que precise ser reformulada. A interface com os atores da periferia que atuam na base que irão solidificar isso. (Entrevistado A)

> Todas as ações, as políticas públicas e programas sociais, as políticas de ações afirmativas também estão se tornando cada vez mais transversais (...). Vai contribuir muito para que em médio e longo prazo isso aconteça (...). O Hip Hop, que é uma cultura de periferia, foi o principal por fazer o link dessa juventude da periferia a participar da construção e da resolução de uma série de demandas que vão acontecer no Brasil (...). (Entrevistado B)

> Acho que nos últimos anos tivemos gestões políticas progressistas e que o governo Lula contribuiu muito pra isso (...). Ele sabe que sozinho não vai conseguir dar essa resposta imediata (...). (Entrevistado C).

Embora pertençam a um partido político da base governista, as opiniões expressadas indicam possibilidades de haver convergência entre os conteúdos democráticos e os projetos políticos da Nação Hip Hop Brasil e do Governo Federal. Segundo Dagnino (2006: 75), em tais circunstâncias aumentam as possibilidades da democracia aprofundar-se. Dados oficiais como o Relatório Nacional do Brasil coordenado pelo Instituto Pólis e IBASE sobre

participação juvenil confirmam que grupos historicamente excluídos do debate político estão se inserindo paulatinamente nas esferas públicas (IBASE, 2007). Esse diálogo, no entanto, só foi possível mediante diagnósticos, em nível nacional, das percepções e expectativas de expressões juvenis acerca da participação política[44]. Ou seja, a partir dos estudos sobre a cultura política é que a participação juvenil, ainda que de forma incipiente, têm se materializado efetivamente, avalizando a importância crucial da dimensão cultural para as transformações do regime.

Não obstante o comportamento político dos entrevistados sugestione apoio à democracia, a desconfiança em relação à sociedade política persiste:

> Acho que cada vez mais vão criar mecanismos pra que outro semi-analfabeto não se torne presidente da república. A minoria que historicamente, a elite brasileira, renega a possibilidade que os pobres ocupem os cargos de decisão (...). (Entrevistado B)

> Grandes governantes não são coesos ao que as pessoas realmente necessitam (...). Não existe só um lado podre, de interesse próprio (...). Mas existe também uma grande parte das pessoas que estão lá e não estão fazendo a política, estão fazendo a politicagem. (Entrevistado C).

Fica aqui explícito que a desconfiança em relação à política coexiste com um comportamento politicamente participativo. Em que pareçam contraditórias, as modificações comportamentais podem ocorrer pontualmente em um contexto específico sem denotar transformações culturais efetivas. Contudo, as possibilidades de modificação desse cenário tendem a aumentar proporcionalmente à criação de mecanismos que possibilitem a fiscalização e a compreensão das gestões públicas por parte dos cidadãos. Em tais circunstâncias, as falas dos entrevistados podem ser consideradas positivas, pois estão calcadas em fatos históricos e acompanhadas de um grau de participação bastante elevado em comparação à média da população.

[44] Pesquisas sobre as percepções e expectativas das juventudes em relação à participação política formal e informal têm aumentado no Brasil nos últimos anos, subsidiadas por órgãos nacionais e internacionais. Maiores informações, pesquisar os sites: Instituto da Cidadania, Fundação Perseu Abramo, IBASE, Pólis, e Ethos dentre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo principal verificar se as experiências participativas de lideranças da Nação Hip Hop Brasil em nível local estão relacionadas às suas atuações políticas nas esferas participativas formais, especialmente em relação à militância partidária. Partiu-se do pressuposto de que os aprendizados adquiridos durante os processos participativos tendem a alargar a capacidade cognitiva e o senso de eficiência política dos atores envolvidos. Nessa acepção, as agências de socialização política exercem função fundamental na assimilação das potencialidades dos possíveis desempenhos dos cidadãos.

Ainda que na globalização contemporânea os grupos juvenis tendam a formarem suas tribos visando apenas à identificação a um grupo social[45], a difícil realidade das periferias urbanas brasileiras permitiu o surgimento de uma tribo juvenil essencialmente contestadora: os *hip hoppers*. As hibridações culturais observadas nos grupos de convivência apontam para possibilidades de construção de identidades que rompem, em menor ou maior grau, com os aprendizados propagados pelas agências tradicionais de socialização política. Especificamente nesse caso, a família e, principalmente, a escola não demonstraram dar conta da absorção dos novos processos através dos quais os jovens se apropriam do social. O poder discursivo do rap parece exercer papel fundamental, pois possibilitou um desabafo que anteriormente não encontrava eco nas periferias das grandes metrópoles brasileiras. A auto-estima adquirida, conseqüentemente, permitiu aos entrevistados organizarem-se na comunidade e decodificarem suas experiências coletivamente de forma positiva.

Os comportamentos e o senso de eficiência políticos observados através dos relatos das experiências participativas, portanto, parecem estar vinculados ao nível de envolvimento comunitário prévio, confirmando assim a hipótese deste trabalho. Nessa realidade, observou-se que maiores níveis de envolvimento político local na fase pré-adulta dos entrevistados podem ter contribuído para aprendizagens de tolerância em relação às divergências e de assimilação das normas políticas vigentes. Contudo, as atividades de "auto-conscientização" promovidas em nível local, embora tenham possibilitado o aumento da criticidade dos jovens, não foram suficientes para sua inserção crítica em espaços participativos formais. As atividades voltadas para a formação política promovidas pelo Partido Comunista do Brasil

[45] De acordo com Maffesoli (2000), as formações de subgrupos em um mundo globalizado possibilitaram o surgimento de um tribalismo contemporâneo, o neotribalismo. Ele se caracteriza pela fluidez, as reuniões pontuais e a dispersão, sem apresentarem projetos de transformação para a humanidade. Portanto, é uma existência muito mais estética do que racional.

possibilitaram, segundo os entrevistados, uma compreensão crítica das regras do jogo político por possibilitar o entendimento da identidade enquanto uma costura de posição e contexto. Nesse sentido, alargou-se a compreensão de que para combater o caráter "etnicizado" das desigualdades sociais no Brasil se fazem necessário assumir uma postura política protagônica, participativa e democrática.

Embora não seja possível a generalização das referidas análises para a população brasileira, percebe-se a necessidade da ampliação de práticas participativas que agreguem a propagação de valores democráticos e a decodificação das normas fundamentais do campo político. Todavia, em uma realidade de distanciamento histórico entre representantes e representados e de desconfiança e insatisfação generalizadas em relação à política deve-se ater para a importância do desenvolvimento de metodologias apropriadas às realidades dos atores sociais envolvidos para que tenham de fato a eficácia necessária.

Igualmente, comportamento político participante dos entrevistados não pode ser desvinculado do contexto sócio-histórico no qual está inserido. Os programas sociais do Governo Lula, embora mereçam críticas, possibilitaram melhores expectativas em relação ao futuro do país. Além disso, a abertura de canais participativos como as Conferências Nacionais[46]e os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas (como o CONJUVE, por exemplo) possibilitaram uma maior aproximação dos entrevistados com as instituições e seus procedimentos. Por fim, a localização temporal do referido estudo também interferiu nas declarações observadas. Todos os entrevistados participaram ativamente das campanhas políticas das eleições em 2010 e tiveram seus candidatos eleitos[47]. Ainda que esse panorama sugestione possibilidades de rumos utilitaristas nas relações estabelecidas com o poder público, os níveis de solidariedade comunitária explicitado nas entrevistas reafirmam as constatações de estudos precedentes sobre o Hip Hop, o que também pode ser largamente observado no conteúdo discursivo do rap brasileiro.

O caráter exploratório dessa pesquisa permitiu, portanto, uma maior familiarização com o fenômeno investigado, de modo que estudos posteriores possam ser concebidos com maior compreensão e precisão. As limitações inerentes às técnicas aplicadas tais como a subjetividade interpretativa e a incapacidade projetiva, requerem a aplicação de diferentes

[46] Embora as conferências aconteçam no Brasil desde 1940, mais da metade ocorreram durante o Governo Lula (72 de 114 já realizadas no país). Além disso, a divisão em etapas municipais, estaduais e federais, além da possibilidade de organização de conferências livres, foi possibilitada somente no referido Governo.

[47] Deputado Estadual Raul Carrion (reeleito), Deputada Federal Manuela D'Ávila (reeleita), Tarso Genro e Dilma Roussef

técnicas e a adoção de metodologias quantitativas para contribuições mais significativas do ponto de vista científico. Contudo, os apontamentos feitos nesse TCC confirmam a necessidade de estudos voltados para os aspectos subjetivos da democracia contextualizados à realidade analisada, reafirmando a importância da cultura política para a consolidação democrática. Em países com democracias relativamente frágeis e populações diversificadas nos aspectos étnicos e culturais como o Brasil, torna-se imperativo a construção de esferas públicas que conformem tais heterogeneidades. Somente deste modo todos os particulares poderão ser modificados ao serem obrigados a negociar dentro de um horizonte mais amplo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W. Cenas Juvenis. São Paulo. Editora Página Aberta Ltda.: 1ª edição: setembro de 1994

ANDRADE, Elaine N. Rap e Educação, Rap é Educação. Elaine N. Andrade (Org.). São Paulo: Summus, 1999.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 47, número 4, 2004, PP. 703-728.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara R. A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 21, p. 83-108, Nov. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf. Acesso em 5 de maio de 2010.

BAQUERO, Marcello. Quando a instabilidade se torna estável: Poliarquia, Desigualdade Social e Cultura Política na América Latina. Revista Debates, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 48-69, jul-dez. 2008.

BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. Democracia Republicana e Participativa. Novos Estudos Cebrap, 71, p. 77-91, mar 2005.

BOBBIO, N. Dicionário de Política. Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino. 5ª Edição. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1993.

CARRILO Rosângela M.; ALMEIDA, Ana Maria F. O Engajamento Político dos Jovens no Movimento Hip Hop. Revista Brasileira de Educação, Vol. 14, número 40, Janeiro-Abril, 2009, PP. 130-142. Associação Nacional de Pesquisa em Educação: São Paulo, Brasil. Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/pdf/275/27504011.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2010.

CARVALHO, Jose M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. Antropologia e Psicanálise: a enfermidade mental como estilo de vida. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

DAGNINO, Evelina, Alberto J. OLVERA y Aldo PANFICHI (coords). La Disputa por La Construccion Democratica en America Latina. México: FCE, CIESAS, Universidad Veracruzana, 2006.

IBASE. RELATÓRIO BRASIL. 2007

FÉLIX, João Batista de Jesus. Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-01052006-181824/. php . Acesso em 17 de janeiro de 2010.

FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na Sociedade de Classes. Volume I. O legado da raça branca. São Paulo: Dominus Editora – Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

GEREMIAS, Luiz. A Fúria Negra Ressuscita: as raízes subjetivas do HIP HOP brasileiro. Rio de Janeiro, 2006, 156f. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/geremias-luiz-furia-negra-ressuscita.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2009.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOLLANDA, Heloisa B. A política do Hip Hop nas favelas brasileiras. Disponível em http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=625. Acesso em 15 de setembro de 2010.

KUSCHNIR, K; CARNEIRO, L. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, número 24, 1999, p. 227-251.

MOISÉS, José A. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, número 66, fevereiro de 2008, p. 11-43.

PAULILO, Maria A. S. Participação Comunitária: uma proposta de avaliação. Serviço Social em Revista, vol. 1, num. 2, p. 183-186, jan-jun. 1999.

PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Amilcar A.; Alberti, Vernena. Histórias do movimento negro no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RIBEIRO, C. C. Rodrigues. Cidade para o Movimento Hip Hop: Jovens afro-descendentes como Sujeitos políticos Disponível em: http://www.palmares.gov.br/_temp/sites/000/2/download/leitor/hiphop.pdf. Acesso em 09 de outubro de 2010.

RIBEIRO, E. A. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, 2008.

ROCHA, J. Domenich, M.; CASSEANO, P. Hip Hop: a periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SALLES, TERESA. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/117/54/. Acesso em 18 de setembro de 2010.

SHMIDT, JOÃO PEDRO. Juventude e Política nos Anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2000.

SILVA, José C. G. Rap e Educação, Rap é Educação. Elaine N. Andrade (Org.). São Paulo: Summus, 1999.

TELLA, Marco A. P. Rap e Educação, Rap é Educação. Elaine N. Andrade (Org.). São Paulo: Summus, 1999.